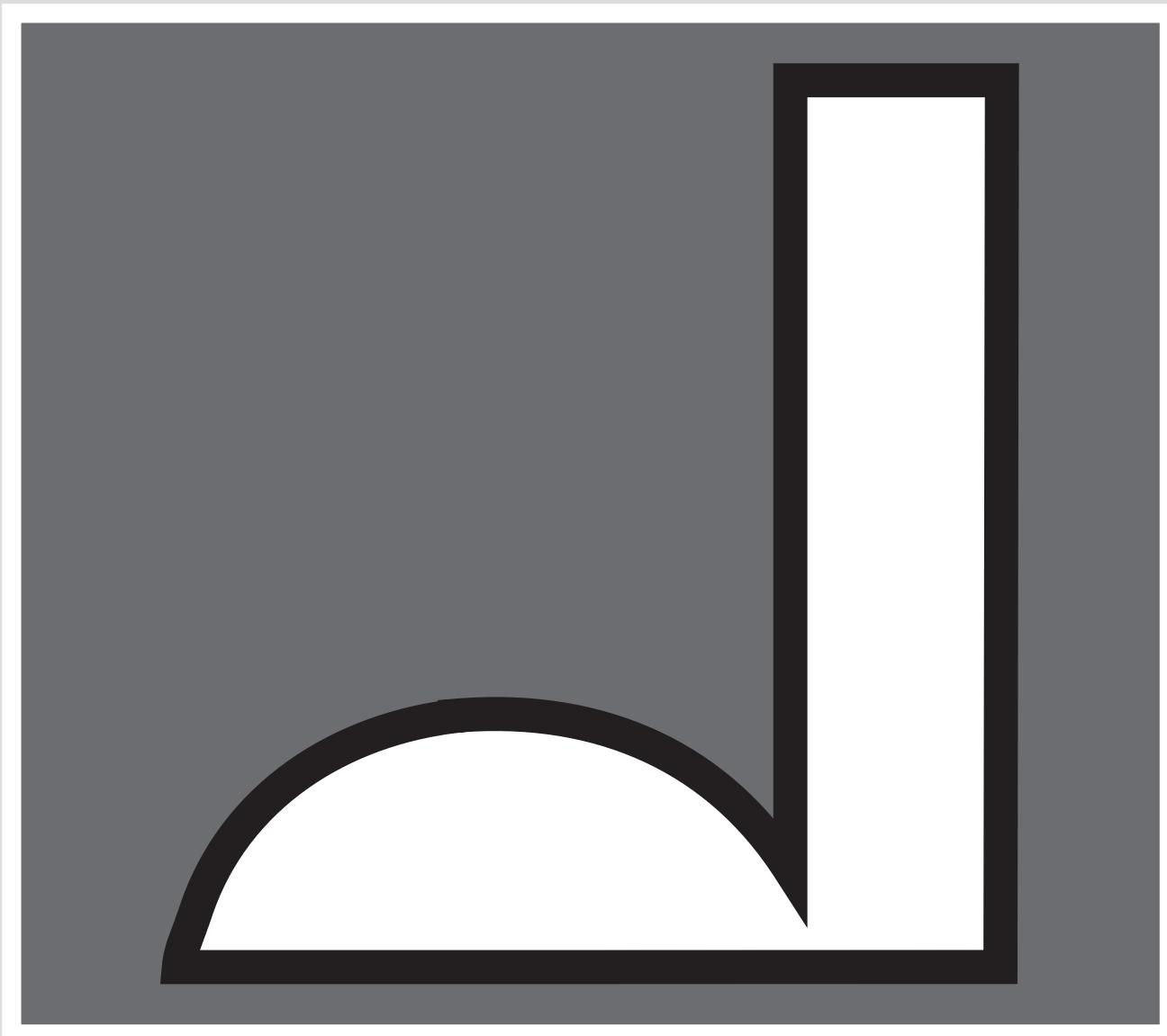




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 122 - QUINTA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Aelton Freitas – PL-MG
---	--

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	---

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leonmar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO Nº 5, DE 2006

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E M

Prorrogar, por trinta dias, o prazo da comissão criada pelo Ato Conjunto nº 3, de 2006, destinada a apresentar proposta quanto à aplicação, no âmbito do Poder Legislativo e do órgão a que se refere o art. 71 da Constituição Federal, do disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; bem como do disposto na Resolução nº 13, de 21 de março de 2006, do Conselho Nacional de Justiça.

Congresso Nacional, em 13 de julho de 2006

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Deputado **ALDO REBELO**
Presidente da Câmara dos Deputados

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 114ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE JULHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 900, de 2006, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando recomendações ao Congresso Nacional, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referente à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social; e solicitando prioridade para apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios..... 24735

Recebimento do Aviso nº 901, de 2006, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando recomendações ao Congresso Nacional, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referente à previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias..... 24735

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher..... 24735

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 46, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao art. 211 do Regimento Interno do Senado Federal..... 24735

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o Dia Nacional da Mamografia, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais..... 24735

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plená-

rio, do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Educação. 24735

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que institui o Dia Nacional de Defesa da Vida, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Educação. 24735

Término do prazo, no dia 17, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006 (nº 2.123/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à G .C. Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará, tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação. 24735

1.2.2 – Parecer

Nº 987, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004, de autoria do Senador Ney Suassuna, que permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade e desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP. 24736

1.2.3 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 55/2006, de 20 de abril último, comunicando a aprovação naquela data, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004..... 24739

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 24739

1.2.5 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes

Nº 146/2006, de 13 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 304, de 2006, do Senador Cristovam Buarque. 24740

1.2.6 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 3/2006, de 10 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 633, de 2006, do Senador Romeu Tuma.

24740

Nº 284/2006, de 13 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 1.132, de 2005, do Senador Alvaro Dias.

24740

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 826, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortes, ocorrido ontem.

24740

Nº 827, de 2006, de autoria dos Senadores Alvaro Dias e José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez.

24740

1.2.8 – Mensagem do Presidente da República

Nº 185, de 2006 (nº 561/2006, na origem), comunicando que se ausentará do País nos dias 20 e 21 do corrente, a fim de participar da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, em Córdoba, na Argentina.

24740

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas aos gastos do governo Lula com publicidade.

24741

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro da posse do novo prefeito e vice-prefeito de Itapema – SC, Srs. Sabino Bussanelo e Juscelino Schmitt. Comentários sobre as pesquisas eleitorais ao governo de Santa Catarina e à Presidência da República. ..

24742

SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Avaliação da administração do governo Lula.

24745

SENADOR NEY SUASSUNA – Resposta às acusações do envolvimento de S. Ex^a. com a “máfia das ambulâncias”.....

24747

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao governo federal pelo descaso no trato de graves questões que afetam o país.

24749

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Proteção do governo Lula ao Sr. Bruno Maranhão e membros do MLST que depredaram as dependências do Congresso Nacional. Advertência contra a idéia de se fabricar, com incentivos, fora do Pólo Industrial de Manaus, os chamados *set top boxes*.

24751

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 828, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador João de Paiva Menezes. **Aprovado**, após usarem da palavra o Sr. Presidente (Senador Renan Calheiros), os Srs. Arthur Virgílio, José Sarney, Flexa Ribeiro e Luiz Otávio e a Sra. Ana Júlia Carepa.

24753

Nº 829, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do amazonólogo Raimar da

Silva Aguiar. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro.

24755

1.2.11 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Esclarecimentos sobre a utilização de carro oficial do Senado para comparecimento à reunião do Conselho Político do candidato Geraldo Alckmin.

24756

1.2.12 – Leitura de requerimentos

Nº 830, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as informações que menciona....

24757

Nº 831, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.....

24759

Nº 832, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.....

24760

Nº 833, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as informações que menciona.....

24761

Nº 834, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....

24762

Nº 835, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona.....

24763

Nº 836, de 2006, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando à Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona.....

24764

Nº 837, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à equipe de paradesportistas do Amazonas, pela brilhante participação na competição “Círculo Caixa Brasil Paraolímpico de Natação e Atletismo”, realizada em Belém.....

24765

Nº 838, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Nacional Fast Clube, pelo transcurso do 76^a aniversário de sua criação.

24766

Nº 839, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor João Paulo de Souza, de apenas três anos, vítima de negligência de clube aquático.....

24766

Nº 840, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de Aplauso ao povo de Parintins, pelos festejos em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Município.....

24766

Nº 841, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, ocorrido em São Paulo.

24766

Nº 842, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Bolsa de Mercadorias & Futuros pelos 20 anos de contribuição para a economia do Brasil.

24767

Nº 843, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos enxadristas vitoriosos no “Torneio Início” da 2ª Olimpíada de Xadrez, realizada no dia 15 do corrente, em Manaus.

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ SARNEY – Defesa da retomada das pesquisas na bacia sedimentar da Amazônia, em busca de novas reservas de petróleo.

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas aos gastos excessivos do governo com o programa Bolsa Família e com publicidade.

SENADOR VALDIR RAUPP – Protesto contra o adiamento da licitação do complexo hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia.

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Associa-se às homenagens de pesar ao amazonólogo Raimar da Silva Aguiar. Congratulações à Escola Municipal Prof. Cândido Vilhena, do Município de Vigia-PA, que ocupou a 13ª posição no ranking nacional e o 1º lugar entre as instituições do Pará, na Prova Brasil. Comemora crescimento do volume de repasse de recursos federais para estados e municípios.

1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 844, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Seleção Amazonense de Judô, pela brilhante participação no Campeonato Brasileiro da categoria.

Nº 845, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Humberto Silva, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima.

Nº 846, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez.

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Encaminhamento à Mesa, para publicação, de pronunciamento no qual relata que o Tribunal de Contas da União está no encalço do governo em relação à denúncia sobre investimentos da União.

SENADOR EDISON LOBÃO – Abandono em que se encontra o Estado do Maranhão, que não tem recebido empréstimos externos, ajuda interna e nem investimento do governo federal.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Associa-se às homenagens de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez e do ex-Senador João Menezes. Avaliação do atual estágio da campanha presidencial.

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comunica apresentação de projetos de lei que autorizam o Poder Executivo a criar duas novas universidades federais no Estado do Pará.

1.2.16 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LUIZ PONTES – Comentário sobre a matéria intitulada “Documento revela ação da

24767	máfia”, publicada pelo jornal Correio Braziliense , edição de 18 de junho do corrente.	24783
24767	SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “PT ignora mensalão e mistura de novo partido e campanha”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 2 de julho do corrente.	24784
24768	SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Comentário sobre o editorial “Nova rendição brasileira”, do jornal O Estado de S. Paulo , edição de 28 de junho do corrente.	24785
24769	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Encontro sem resultados”, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 20 de junho do corrente.	24786
24772	SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Valério, acusado de ter sido o caixa do mensalão, muda para casa de R\$10 milhões”, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo , edição de 9 de julho do corrente.	24787
24776	1.3 – ENCERRAMENTO 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 19-7-2006 3 – ATO DO PRESIDENTE Nº 48, de 2006.	24788
24776	4 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 20, de 2006.	24790
24776	5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nºs 1.464 a 1.467, de 2006.	24791
24776	SENADO FEDERAL 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 7 – SECRETARIA DE COMISSÕES 8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ CONGRESSO NACIONAL 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
24778		
24780		
24783		

Ata da 114^a Sessão Não Deliberativa, em 19 de julho de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Edison Lobão

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– A Presidência recebeu os Avisos nºs 900 e 901, de 2006, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando recomendações ao Congresso Nacional, proferidas por aquela Corte de Contas quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referentes, respectivamente:

– à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social; e solicitando prioridade para apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios; e

– à previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O Aviso nº 900, autuado como Aviso nº 26, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos; e o de nº 901, autuado como Aviso nº 27, de 2006, vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher; e

– Projeto de Resolução nº 46, de 2006, de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao art. 211 do Regimento Interno do Senado Federal.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004, será incluído em Ordem do Dia oportunamente; e o Projeto de Resolução nº 46, de 2006, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *institui o Dia Nacional da Mamografia*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2006**, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que *altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a divulgação das campanhas nacionais de vacinação pelas emissoras de rádio e televisão*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2006**, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *institui o Dia Nacional de Defesa da Vida*.

O Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2004, tendo sido apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais e os Projetos de Lei do Senado nºs 21 e 94, de 2006, tendo sido apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Esgotou-se no dia 17 o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2006 (nº 2.123/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à G.C. Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará*.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 987, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004, de autoria do Senador Ney Suassuna, que permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade e desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/Pasep.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei nº 142, de 2004, de autoria do ilustre Senador Ney Suassuna, permite que o trabalhador com mais de 45 de idade que se encontre na situação de desemprego involuntário saque o saldo de sua conta individual no Fundo de Participação PIS/Pasep.

Estabelece, ainda, que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT definirá os requisitos adicionais que o participante deve satisfazer, de modo a beneficiar o trabalhador desempregado de baixa renda que mais necessite dos recursos.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade e juridicidade da matéria, nada há a opor. A iniciativa não se encontra entre as exclusivas do Presidente da República, a inserção na ordem jurídica está adequada e foram observados os dispositivos regimentais aplicáveis à espécie. Também a técnica legislativa empregada está correta.

Vale mencionar que, embora o Fundo de Participação PIS/Pasep seja normatizado por lei complementar (Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975), o § 2º do art. 239 da Constituição Federal de 1988 estabelece que os critérios de saque sejam previstos em leis ordinárias, conforme se pode verificar:

“Art. 239.
.....

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis especi-

ficas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o caput deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

.....

Assim, respeitada a técnica legislativa, somos pela constitucionalidade e juridicidade da iniciativa legislativa.

Com relação ao mérito, também não há oposição. Muito pelo contrário. A iniciativa é sobremaneira oportuna e de elevado alcance social. Como muito bem argumenta seu autor, “tendo em vista estes tempos de elevadíssimas taxas de desocupação, não há justificativa para que o trabalhador, encontrando-se na difícil e muitas vezes desesperadora situação de desempregado, em especial quando é um trabalhador mais velho, de baixa renda e sem outra fonte financeira de sustento, não possa utilizar os recursos que lhe pertencem”.

Também merece aplausos a preocupação em conciliar o interesse do trabalhador individual com o do país como um todo. Com efeito, cabe evitar a descapitalização do patrimônio do Fundo PIS/Pasep, já que este é essencial para o desenvolvimento econômico do Brasil. Assim, as limitações impostas são apropriadas, quais sejam: trabalhador com mais de 45 anos de idade, desempregado, de baixa renda e que necessite efetivamente dos recursos.

Igualmente oportuna é a previsão de que o Codefat estipulará requisitos adicionais que o participante do Fundo deverá satisfazer para fazer jus ao saque dos recursos acumulados em sua conta, de modo a beneficiar o trabalhador de baixa renda desempregado que mais necessite dos recursos.

Com tal previsão, além de garantir adequada flexibilidade à matéria, tende-se a evitar que o trabalhador ocupado no mercado informal de trabalho ou aquele que perceba renda suficiente ao seu sustento, como seguro-desemprego, por exemplo, possam efetuar saque por desemprego.

III – Voto

Tendo em vista as considerações apresentadas, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/07/2006, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

RESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

LATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

ARCO MACIEL - PFL

INAS PINHEIRO - PFL

ARIA DO CARMO ALVES - PFL

DOLPHO TOURINHO - PFL

LEXA RIBEIRO - PSDB

IONEL PAVAN - PSDB

ÚCIA VÂNIA - PSDB

UIZ PONTES - PSDB

PMDB TITULARES

EY SUASSUNA

OMERO JUCÁ

ALDIR RAUPP

IÃO SANTA

ÉRGIO CABRAL

ERALDO MESQUITA JUNIOR

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

BLÁVIO ARNS (PT)

DELI SALVATTI (PT)

MARCELO CRIVELA (PMR)

PAULO PAIM (PT)

PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

PDT TITULARES

AUGUSTO BOTERHO

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES

1- HERÁCLITO FORTES - PFL

2- JOSÉ JORGE - PFL

3- DEMÓSTENES TORRES - PFL

4- ROMEU TUMA - PFL

5- EDUARDO AZEREDO - PSDB

6- PAPALEO PAES - PSBD

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB

8- SÉRGIO GUERRA - PSDB

PMDB SUPLENTES

1- WELLINGTON SALGADO

2- RAMEZ TEBET

3- JOSÉ MARANHÃO

4- PEDRO SIMON

5- MAGUITO VILELA

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

1- DELCÍDIO AMARAL (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

6- (VAGO)

PDT SUPLENTES

1- CRISTÓVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 142, DE 2004.

TITULARES - Bloco da Materia, (PFL e PSDB)		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO		SUPLENTES - Bloco da Materia, (PFL e PSDB)		SIM		NÃO		AUTOR		ABSTENÇÃO	
MARCO MACIEL - PFL	X									1- HERACILIO FORTES - PFL									
JONAS PINHEIRO - PFL										2- JOSE JORGE - PFL									
MARIA DO CARMO ALVES - PFL										3- DEMOSTRENE TORRES - PFL									
RODOLPHO TOURINHO - PFL	X									4- RONALU YUMA - PFL									
ELIANA RIBEIRO - PSDB	X									5- EDUARDO AZEVEDO - PSDB (autoria)									
LEONEL PAVAN - PSDB	X									6- RAPHAEL PAES - PSDB									
LUCIA VASCONCELOS - PSDB										7- TEOTONIO VILELA FILHO - PSDB									
LUIZ PONTES - PSDB										8- SÉRGIO GUERRA - PSDB									
TITULARES - PMDB										SUPLENTES - PMDB									
ENEY SUASSUNA - (autoria)	X									1- WELLINGTON SALGADO									
ROMERO JUCA										2- RAMEZ TEbet									
VALDIR RAUAPP										3- JOSE MARANHAO									
MAO SANTA										4- PEDRO SIMON									
SÉRGIO CABRAL										5- MAGNUS VILELA									
GERALDO MESQUITA JUNIOR	X									6- GERSON CAMATA									
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo, (PT, PSB, PIR, PFL e PSDB)										SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo, (PT, PSB, PIR, PFL e PSDB)									
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB										1- DELCIO AMARAL - PT									
FLAVIO ARANS - PT	X									2- MAGNO MALTA - PT									
ROEL SALVATTI - PT	X									3- EDUARDO SUPlicy - PT									
MARCELO CRIVELLA - PMDB										4- PATIMA CLEIDE - PT									
PAULO PAIM - PT										5- MOACYR DO CAVALCANTI - PTB									
PATRICIA SABOYA GOMES - PSB										6- VASCO									
TITULARES - PDT										SUPLENTES - PDT									
AUGUSTO ROTELHO	X									1- CRISTOVAM Buarque									
TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 20/07/2006.																			

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISI)


 SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
 PRESIDENTE

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 142 DE 2004, APROVADO NA COMISSÃO
DE ASSUNTOS 'SOCIAIS, EM REUNIÃO NO
DIA 20 DE ABRIL DE 2006

Acrescente art. 4º-A à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir que o trabalhador com mais quarenta e cinco anos mais idade desempregado saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/Pasep, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

Art. 4º-A. O participante do Fundo de Participação PIS/PAS que tenha mais de quarenta e cinco anos de idade e se encontre em situação de desemprego involuntário poderá sacar o saldo de sua conta individual.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao trabalhador – CODEFAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, definirá requisitos adicionais, de modo a benefício trabalhador desempregado de baixa renda que mais necessite recurso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispor, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Regulamento)

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do

Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o **caput** deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

.....

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. N° 55/06 – PRES/CAS

Brasília, 20 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou em 20/04/2006, decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004, que “Permite que o trabalhador com mais de 45 anos de idade e desempregado, saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/Pasep”, de autoria do Senador Ney Suassuna.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares** – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2004**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

– Nº 146/2006, de 13 do corrente, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 304, de 2006, do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**OFÍCIOS
DE MINISTROS DE ESTADO**

– Nº 3/2006, de 10 do corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 633, de 2006, do Senador Romeu Tuma.

– Nº 284/2006, de 13 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 1.132, de 2005, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 826, DE 2006

Nos termos regimentais, requeiro voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, solicitando que esta homenagem seja estendida a todos os seus familiares.

O paulistano Raul Christiano Machado Cortez atuou em peças teatrais, Cinema e novelas brasileiras. Sua obra deixa um exemplo de dedicação e talento para todos que apreciam a cultura brasileira.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – **Ideli Salvatti.**

REQUERIMENTO Nº 827, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências á família pelo falecimento, ocorrido na última terça-feira, dia 18 de julho, do ator Raul Christiano Machado Cortez.

Justificação

Raul Christiano Machado Cortez foi um dos mais talentosos atores do Brasil, encarnando no teatro, no cinema e na televisão mais de cem personagens, invariavelmente com brilhantismo e estilo próprios. O paulistano do Bairro de Santo Amaro, onde nasceu no início da década de 30, filho de família tradicional, fez uma escolha ousada e desafiadora para os padrões da época: aos 22 anos resolveu abandonar a advocacia e ingressar no mundo artístico.

Sua estréia no cinema aconteceu em 1957 com o filme “O pão que o diabo amassou”, tendo chegado inclusive a integrar o seletivo *cast* internacional ao participar do filme “Amadeus” do diretor inglês *Peter Shaffer*, quando interpretou de forma impecável o compositor *Salieiri*.

No teatro atuou em peças memoráveis que marcaram época e gerações. Gostaria de citar especialmente sua participação em “Rasga Coração”, um clássico de *Eduvaldo Vianna Filho*, a qual lhe conferiu o prêmio *Moliére* de melhor ator, o mais importante da dramaturgia brasileira.

Sua trajetória está associada também à teledramaturgia brasileira, tendo se destacado como um dos ícones das produções das telenovelas, onde viveu papéis magistrais que o tornaram conhecido do grande público.

Gostaria de registrar o seu espírito democrático e engajamento cívico ao aceitar, de imediato, o convite por mim formulado para participar do primeiro comício das Diretas em Curitiba.

Os sets de filmagens, os palcos, cenários e cidades cenográficas da televisão estão consternados. A perda de Raul Cortez é uma lástima. O seu legado é um tributo à arte sem fronteiras e à sensibilidade humana.

Sala das sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Alvaro Dias – José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 185, DE 2006

(Nº 561/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que me ausentarei do País nos dias 20 e 21 de julho de 2006, a fim de participar da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, em Córdoba, na Argentina.

Brasília, 18 de julho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**

AVISO Nº 792 - C. CIVIL

Em 18 de julho de 2006

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 20 e 21 de julho de 2006, a fim de participar da Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul, em Córdoba, na Argentina.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – A Mensagem que acaba de ser lida, juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães por permuta com o Senador Jorge Bornhausen.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem ocupei esta mesma tribuna com o objetivo de demonstrar ao povo brasileiro o descalabro do Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva – Dr. Lula.

O Dr. Lula, só em publicidade, gastou R\$ 2,6 bilhões desde 2003, sem contar os gastos das estatais que ele domina como ninguém. É totalmente irresponsável.

Aqui está a manchete de **O Estado de S. Paulo**: “Lula gastou R\$ 2,6 bi em publicidade desde 2003”. Isso é para que o povo brasileiro veja e sinta como está sendo enganado pelos órgãos publicitários, por um Presidente inescrupuloso. Quando falta escrúpulo, falta tudo. Quando falta escrúpulo, os homens fazem as coisas mais nojentas, as coisas mais sórdidas. E este Governo é exemplo disso em quase todos os setores.

Fico a me perguntar: quando, Senhor, isso terminará? Quando este homem fará um exame de consciência, se é que consciência ele possui, para ver o mal que ele faz ao Brasil e o exemplo que dá às gerações do nosso País? O Presidente Lula perdeu totalmente a capacidade de frear a sua indignação. Indignação, aliás, que ele não tem com fato nenhum.

Parece incrível, mas tudo que acontece de ruim neste Brasil o Presidente “não sabe” (entre aspas), mas, na realidade, ele sabe tudo, porque é ele, Lula, quem promove todos esses escândalos que se mul-

tiplicam a cada dia e que tornam o Brasil num País desacreditado, num País onde a moralidade pública foi banida de vez para imperar a desonestidade. E este homem ainda continua a gastar. Gastar para quê? Para enganar o povo. Ele já engana o povo quando aparece na televisão todos os dias e quando vai para o exterior cometer as gafes que já estão notáveis nas suas viagens. Agora, na reunião do G-8, foi um desastre.

Mas, aqui no Brasil mesmo, em Salvador, o desastre não foi menor em relação à África do Sul. Mas houve uma vantagem: ele mandou um dos seus aviões – não o Aerolula, porque este ele não dá a ninguém, é uma propriedade privada do Presidente da República. Ele deu o Aerolula? Não. Mas mandou o Sucatão levar os africanos a seu destino.

Por coincidência, o Líbano estava sofrendo ataques injustos de Israel, e os libaneses brasileiros que lá estavam visitando seus parentes pegaram uma carona de volta no Sucatão. Como se fosse um grande gesto! O avião tinha de parar. Parou e trouxe 100 passageiros que precisavam sair de lá. Até agora não mandou nada para lá, porque a política do Itamaraty, misturada com a de Relações Institucionais, Sr. Presidente, pode ser tudo, menos política – é política contra o Brasil.

Mas quem diz que gastou R\$ 2,6 bilhões não é só **O Estado de S. Paulo**; é o Brasil todo. Aqui está **O Globo**: “Gasto de Lula com publicidade fere a lei”. Pergunta-se: mas quem cumpre a lei em relação ao Presidente da República? Cabe ao Judiciário? Cabe. Cabem os protestos do Legislativo? Cabem. Mas ninguém faz nada. Tenho de estar quase todos os dias nesta tribuna, chamando a atenção do povo para essas coisas.

Felizmente estou sendo ouvido. Em cada lugar do Brasil por onde passo sou procurado pelo povo que diz que estou certo e que é impossível dar guarda a um Governo de incompetência e desonestade.

Ontem, Sr. Presidente, eu falava desse Bruno Maranhão. Hoje esta manchete diz tudo. Ah, Sr. Presidente, desculpe tomar-lhe a atenção, mas a manchete diz tudo: “Da cadeia para a defesa da reeleição de Lula”. Todos os desordeiros ou ladrões que saem da cadeia, ou por facilidade judicial, ou porque a lei é frágil, saem para a reeleição de Lula. Será possível que se forme uma equipe só de pessoas desse tipo?

Essa figura, Bruno Maranhão, não poderia estar em outro lugar senão na cadeia. Tinha que estar preso, tinha que estar realmente numa posição que não pudesse invadir o Congresso Nacional. Amanhã

vai invadir o Judiciário. E só não invade o Palácio do Planalto porque seu correligionário dá-lhe toda a força para invadir as outras instituições.

Se o próprio Lula amanhã fraquejar um pouco, o Bruno senta na cadeira de Presidente.

Tal é a força do roubo deste Governo que, inclusive, são dados recursos às ONGs para repassar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para invadir as propriedades privadas. Este Governo só cuida de uma coisa – fico até um pouco perplexo –, ele cuida agora de trazer a maior parte do PMDB. Quando digo a maior parte, não digo se é a pior ou a melhor parte, mas uma parte. A outra parte reage com Jarbas Vasconcelos, com Michel Temer, com Luiz Henrique, com Rigotto, com Pedro Simon e com tantos outros Parlamentares.

Mas, Sr. Presidente, não se loteia Governo para ganhar eleição. Quando isso ocorre, os compromissos são tão grandes que fazem surgir as operações do valerioduto e dos mensalões.

Não vou falar agora dos sanguessugas, mas posso afirmar que, na hora em que chamarem o Ministro Humberto Costa para depor, ele que vai ser o responsável por tudo isso, pelo roubo das ambulâncias no Brasil. Vai ser o Ministro Humberto Costa, aquele que desta tribuna eu chamei de “vampiro em banco de sangue”.

Por isso, Sr. Presidente, a cada dia, fico mais perplexo e, a cada dia, sinto-me obrigado a vir a esta tribuna. Quantas vezes eu esteja nesta Casa, mesmo em recesso parlamentar, como agora, virei cumprir o meu dever.

Creio que, a cada dia, abro, com minhas palavras, a consciência de um brasileiro para que mude o rumo do seu caminho. Se ele vota porque não sabe o que Lula faz nem o seu Governo, venho aqui para chamar a atenção desse brasileiro. Vamos procurar honrar a nossa Pátria. Vamos dar a ela um Presidente que dignifique o nosso País. Vamos fazer com que Geraldo Alckmin atinja a Presidência da República. O segundo turno já está assegurado. Ainda bem que está assegurado. E, no segundo turno, as coisas vão mudar.

Presidente Valdir Raupp, agradeço a V. Ex^a. E agradeço também agora a presença constante do Presidente Renan Calheiros, a quem sempre dedico o maior apreço e o meu respeito como Parlamentar, pela maneira que conduz esta Casa: com independência, sem subserviência e sem trair aqueles compromissos que julga indispensáveis para sua vida pública.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, mais uma vez, acabei de citar os gastos de publicidade do Governo, que, sem computar os gastos das estatais, chegam a R\$ 2,6 bilhões.

Também faço um alerta, que não é tanto para V. Ex^a, que soube agir na hora própria, mas para o ilustre Presidente da Câmara dos Deputados, de que Bruno Maranhão está solto, trabalhando a toda corda para a reeleição do Presidente. De uma hora para outra, aproveitando este recesso, ele pode invadir o Congresso Nacional, mais uma vez, sem que nada lhe aconteça, a não ser uma prisão de dois ou três dias, para que ele possa meditar sobre outras invasões que ele fará por este Brasil.

Vamos lutar, Sr. Presidente. Nós contamos com V. Ex^a; nós contamos com o Senado Federal. Vamos fazer deste País um grande País, mas, para isso, temos de mudar toda a estrutura que está no Governo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ideli Salvatti, Líder do PT nesta Casa, tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas faço o registro de que apresentamos requerimento à Mesa, para que possa ser remetido voto de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez a todos seus familiares e para que essa homenagem seja feita em nome da Mesa do Senado Federal.

Raul Cortez é um artista que orgulha todo o mundo cultural brasileiro por seu legado e por todas as suas atuações brilhantes em peças e novelas brasileiras. É uma grande perda para o mundo cultural, para o mundo artístico no Brasil.

Portanto, nós gostaríamos de fazer o registro e solicitar o voto de pesar.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Se V. Ex^a me permite, eu gostaria de me associar também a esse requerimento.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência, em nome dos membros da Mesa e de todos as Srs. Senadores, deseja se associar ao voto de pesar proposto por V. Ex^a pela perda irreparável para a cultura e para o meio artístico brasileiros que representa a morte do ator Raul Cortez.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, espero, Senador Ney Suassuna, que tenhamos o fim de uma novela que se arrasta desde o processo eleitoral em meu Estado. Trata-se da novela da Prefeitura de Itapema. Lá tivemos um pleito extremamente conturbado, com indícios escandalosos de utilização da máquina pública, de compra de voto e de todo tipo de falcatura. Finalmente, apesar de o processo ter sido arrastado, a Justiça Eleitoral diplomou o segundo colocado e foi anulada a posse do prefeito que estava em exercício.

Esperamos que, hoje à tarde, nosso companheiro do Partido dos Trabalhadores, o Sabino, tome posse. A Juíza Eleitoral da Comarca de Itapema, Vera Regina Bedin, diplomou Sabino Bussanelo e Juscelino Schmitt, respectivamente, como Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Itapema, no litoral norte de Santa Catarina. Ontem foi a diplomação, e hoje está prevista a posse para o final da tarde. A posse será em substituição ao Prefeito Clóvis José da Rocha, do PFL, e do Vice Ricardo Alexandre Rosa, do PPS, que foram afastados exatamente por conta de inúmeras irregularidades ocorridas durante a campanha eleitoral.

Então, eu não poderia deixar de fazer o registro aqui, desejando ao Sabino e ao seu Vice o sucesso à frente da Administração desse que é um dos Municípios em desenvolvimento crescente e muito bonito, no litoral de Santa Catarina.

Venho também à tribuna porque ontem não tive oportunidade de ficar o tempo todo no plenário; apesar de ter ficado quase dois terços do tempo, Senador Renan Calheiros, tive um compromisso e tive que sair. E é tão interessante, porque basta a gente sair para ser feito o registro de que “não há ninguém do PT para defender o Presidente e os atos do Governo Lula”.

Venho à tribuna para tecer alguns comentários a respeito de pesquisas, porque esse também foi um assunto que permeou várias insinuações e várias estocadas tradicionais. Afinal, em tempo de eleição, o que mais existe é bala perdida para todos os lados, não é, Senador Renan Calheiros? E ficamos nós aí, tendo que trabalhar.

Eu gostaria de tecer alguns comentários com relação às pesquisas no meu Estado, entre as quais a realizada pelo Datafolha, que teve algumas repercuções.

Tenho dito, de forma muito sistemática, aquilo que todos sabemos. E é sempre bom reiterar. Pesquisa é o retrato daquele momento. Portanto, todos os que as avaliam precisam observar essa ótica. É o momento. E, muitas vezes, o que está demonstrado nas pesquisas não se configura quando as urnas são abertas.

Eu sou um exemplo vivo disso, pois a pesquisa de boca-de-urna do sábado à noite, véspera do dia da eleição, posicionava-me em quinto lugar. Dessa forma, quem poderia estar por Santa Catarina nesta tribuna não seria eu, mas Paulinho Bornhausen, filho do Senador Jorge Bornhausen. Entretanto, quando as urnas foram abertas, eu, que, segundo a pesquisa do sábado à noite, estava em quinto lugar, passei a ocupar o primeiro lugar, e quem estava em primeiro foi para quarto. Logo, no que tange à pesquisa, temos sempre que trabalhar na linha de retratar o momento.

E é muito importante analisar a pesquisa sempre assim, porque o fundamental na pesquisa são os números – é óbvio –, as intenções de voto e a análise daquilo que a pesquisa pode significar. Há uma série de indicadores que a pesquisa oferece que nos permitem efetivamente corrigir rumos e reorientar as ações de campanha. É dessa forma que todos nós devemos sempre trabalhar.

Eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a pesquisa Datafolha apresentada ontem. Há alguns elementos importantes para nossa avaliação. Também queria comentar a respeito da pesquisa Ibope feita em Santa Catarina.

Com relação à pesquisa Datafolha, os próprios analistas dão conta de que o Presidente Lula continua liderando, com folga, a corrida sucessória, mas, por conta do percentual – com os 50% não há como detectar se ele tem 1% de votos a mais ou a menos –, a pesquisa admite e até revela o crescimento da possibilidade de haver segundo turno.

A pesquisa também deixa bastante claro que a polarização PT – PSDB está consolidada. Não há elementos que permitam uma análise de forma diferente do que está previsto ali.

A pesquisa apresenta também um crescimento da candidatura do P-Sol, da Senadora Heloísa Helena. Li alguns conselhos dados à Senadora pelo Prefeito do Rio de Janeiro, que é do PFL – não sei se foram absorvidos ou se podem influir no resultado. De qualquer forma, o crescimento apareceu.

Os números fazem esse retrato, mas é sempre bom entender os porquês das modificações. Ao mesmo tempo em que há crescimento, há volatilidade, ou seja, possibilidade de os que declararam seu voto modificá-lo. É interessante ver que quem tem os votos menos sólidos é exatamente a Senadora Heloísa Helena. Lula tem os votos mais sólidos, ou seja, 74% dos que já definiram o voto no Presidente Lula dizem que de jeito nenhum vão modificá-lo. Depois há uma graduação, e praticamente a metade dos que declararam voto na Senadora Heloísa Helena são exatamente aqueles que sinalizam a possibilidade de mudar.

Ainda há alguns dados que considero interessantes de ressaltar: a intenção de voto no Geraldo Alckmin cai exatamente nas Regiões Sul e Nordeste, e é interessante, porque o crescimento da Senadora Heloísa Helena no Sul, onde ela mais cresceu, foi de 7%, e a queda de Geraldo Alckmin no Sul foi de 6%. Valerá a pena avaliar isso. E os que estão comandando e coordenando campanha vão ter que trabalhar essa questão, ou seja, quem ganhou e quem perdeu nessa modificação dos votos.

Quanto à rejeição, que se manteve estável nas demais candidaturas, teve crescimento de rejeição exatamente a candidatura do Geraldo Alckmin.

Então, penso que todas essas questões que o Datafolha apresenta vão ser levadas em consideração. Inclusive, estou saindo do plenário, ao final do meu pronunciamento, porque vou participar da reunião da Coordenação Nacional da Campanha Lula agora à tarde, com os coordenadores estaduais. Estou designada pelo meu Partido para atuar na coordenação da campanha à reeleição do Presidente Lula em Santa Catarina.

E, com relação à pesquisa Ibope do meu Estado, sobre a qual houve alguns comentários, eu gostaria até de poder ter pesquisas estaduais de vários outros Senadores que comentam a pesquisa, porque sempre é bom ver como estão, em cada Estado do Brasil, as candidaturas.

De qualquer forma, em Santa Catarina, não tivemos – pelo menos a Coordenação – surpresa com o crescimento da candidatura de Geraldo Alckmin. Por que não tivemos essa surpresa, como alguns poderiam questionar? Em primeiro lugar, porque ele tem marcado presença significativa no Estado, onde está uma semana sim, outra quase também. A outra questão é que, diferentemente do Rio Grande do Sul e do Paraná, apenas em Santa Catarina há um palanque sólido, um palanque constituído efetivamente para conduzir a campanha do Sr. Geraldo Alckmin. Tal palanque foi constituído com uma aliança que traz bastantes ruídos, bastantes divergências, inclusive públicas. Tivemos recentemente um pronunciamento bastante atritado entre o Governador, candidato à reeleição, e um Prefeito proeminente do PMDB, que já se manifestou dizendo que fará, indiscutivelmente, campanha para a reeleição de Lula. Nesse atrito, nessa pressão, o próprio Prefeito declarou, alto e bom som – o que foi veiculado em vários jornais do nosso Estado –, que vota e faz campanha para quem ele desejar e para quem ele comprehende que merece, inclusive.

São Francisco do Sul é um Município que teve um aporte, uma generosidade, uma atenção muito significativa do Governo Federal. Só para lhe dar uma

idéia, Senador Renan, todo o patrimônio arquitetônico do Município de São Francisco do Sul, que é uma das cidades mais antigas do Brasil – fez quinhentos anos no ano passado –, está sendo restaurado, e temos uma obra significativa, estratégica para o desenvolvimento do nosso Estado que é a recuperação dos moles no porto de São Francisco. Portanto, não há como não reconhecer todo esse empenho. O próprio Prefeito diz: “Não sou louco nem maluco de fazer campanha para qualquer outro candidato a Presidente que não seja o Presidente Lula”.

Temos ainda, em Santa Catarina, – julgo importante realçar isto –, além desse palanque constituído, em que a candidatura de Geraldo Alckmin está vinculada à reeleição do Governador Luiz Henrique, nada mais, nada menos do que a presença e a ação política do Presidente Nacional do PFL. A disputa em Santa Catarina nunca foi diferente: foi sempre muito acirrada e muito tencionada. Temos eleitorado esclarecido, dividido, e sempre há segundo turno – é muito raro não acontecer.

A pesquisa ainda traz alguns números que nos causaram alguma estranheza e que eu não poderia deixar de registrar. O primeiro deles é que o sul do Estado é apontado como o local onde o Presidente Lula tem o maior índice de voto espontâneo: 32%. Estranhamente, exatamente nessa região em que o Presidente Lula tem a maior intenção espontânea de votos, o nosso candidato ao Governo do Estado, José Fritsch, tem zero. Esse é um dado muito estranho, porque não dá solidez para o outro número apurado.

Outro dado que nos chamou muita atenção foi o índice zero de intenção de voto espontâneo, no oeste do Estado, para a nossa candidata ao Senado, Luci Choinacki, que tem a sua história, o seu berço e toda a sua vida política originária exatamente daquela região.

Esses números, portanto, causam-nos estranheza.

A pesquisa Ibope, em Santa Catarina, traz números que nos dão uma orientação e uma sinalização muito clara de como deveremos conduzir a campanha, porque nela foi feita uma pergunta extremamente importante. A pesquisa pergunta o seguinte: “Como o senhor (a senhora) diria que se sente com relação à vida que vem levando hoje?” Ou seja, pergunta como as pessoas estão se sentindo. E os números, Senador Renan Calheiros, são muito fortes. Entre os que se sentem muito satisfeitos e os que se sentem satisfeitos, estão nada mais, nada menos do que 76% dos catarinenses. Três quartos dos catarinenses se sentem muito satisfeitos ou satisfeitos com a vida que vêm levando. É interessante observar esses dados por faixa de renda, por região, por nível. Por nível de

escolaridade, por exemplo: entre os que têm nível superior – normalmente são as pessoas que têm mais informação, que têm até mais possibilidade de fazer análises mais adequadas –, 87% declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos.

Ninguém fica satisfeito de graça. As pessoas só ficam satisfeitas se a vida melhorou. E é por isso que temos todo um trabalho a fazer. Em termos de ações, de modificação efetiva na vida, no cotidiano, as ações do Governo Federal, do Governo Lula, foram muito significativas em Santa Catarina. E não me refiro apenas a investimentos, como a duplicação da BR-101, as obras nos quatro portos e todas as mudanças de infra-estrutura na área energética. Já tive oportunidade de registrar a questão do emprego, a questão da renda.

Reportagem publicada, no final de semana, em um dos principais jornais, dizia: "Mesa farta", indicando que houve mais de 50% de aumento na média salarial; que aquilo que o salário mínimo compra de produtos da cesta básica é recorde em Santa Catarina; e toda a questão do crédito.

Cito também a questão da oportunidade de estudar no Sistema Federal de Ensino. É a primeira vez que a Universidade Federal cruza a ponte, vai para o interior do Estado. Teremos 13 escolas técnicas, até o final do ano – duas se inauguram, uma se retoma e outra terá sua construção iniciada. Vamos aumentar de três para sete as escolas técnicas federais no Estado.

Além disso, Santa Catarina é o primeiro Estado do Brasil a ter cobertura integral do Samu. Portanto, em caso de emergência, qualquer catarinense pode acionar o fone 192 e ter acesso à UTI móvel.

Também cito a questão da habitação. Dessa forma, a mudança da vida, em Santa Catarina, é significativa e tem vinculação direta com as ações do Governo Federal em nosso Estado.

Portanto, em nível de Brasil, está aqui registrado que tivemos a possibilidade de fazer crescer a massa salarial, nestes três anos e meio, e o aumento do poder de compra do salário mínimo, verificado no Brasil todo, em relação à cesta básica, também se configura em nosso Estado neste período. É por isso que temos a convicção de que os dados da pesquisa dão-nos a linha, dão-nos o norte para podermos trabalhar...

(Interrupção do som.)

A SRA IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... e para efetivamente até revertermos uma foto que, neste momento, pode não ser a foto dos nossos sonhos na sucessão presidencial, na sucessão estadual, na candidatura ao Senado. Eles nos dão tranquilidade para, de cabeça erguida, irmos para a rua fazer campanha, pedir votos, porque temos muito a apresentar no nosso Estado - o que está retratado, indiscutivel-

mente, no fato de que três quartos dos catarinenses se sentem muitos satisfeitos ou satisfeitos com a vida que vêm levando.

Como não poderia deixar de ser, lá em Santa Catarina, eleição se ganha na urna. A pesquisa serve para análise. E, para colocar o máximo de votos no nosso projeto, na continuação do nosso projeto, estaremos de manhã, de tarde e de noite – de madrugada, se for necessário – trabalhando em nossos projetos para re-eleição do Presidente Lula, para chegar ao Governo do Estado, bem como para trazer para o Senado da República mais uma mulher que tem a cara do povo de Santa Catarina, a nossa querida Luci Choinacki.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen e, em seguida, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no próximo dia 24, segunda-feira, a atual administração do PT e do Presidente Lula completam 1.300 dias. Faltam, portanto, poucos dias para ainda termos que agüentar a incompetência, a leniência com a corrupção e a ausência de ações e obras administrativas.

Quando este Governo completou cem dias, assumi a tribuna deste Senado e mostrei as contradições, as paralissias, os retrocessos e as imprudências do Presidente naqueles primeiros momentos de governo.

Mostrei as contradições em relação ao discurso de sua campanha, o qual ele abandonara, as contradições em relação ao aumento de tributos, o que, nos seus programas de televisão, ele dizia que iam diminuir, as contradições em relação à criação de Ministérios, pois escolheu, em vez de especialistas, aqueles candidatos do PT derrotados nos Estados, procurando tomar conta do poder pelo poder e misturando o PT com o próprio Governo.

Mostrei a contradição da política recessiva, que deu ao Brasil naquele ano um crescimento zero.

Mostrei também a paralisia nas obras de infra-estrutura. Neste caso, cito que uma das primeiras providências do Governo Lula foi suspender a licitação da BR-101, em Santa Catarina, no trecho sul, que só voltou a ser licitada e teve iniciadas suas obras dois anos depois.

O projeto Fome Zero não passou de um engodo publicitário.

Mostrei a paralisia na defesa da propriedade privada, nomeando para cargos públicos pessoas ligadas ao MST. A paralisia na segurança pública, os retrocessos, como a diminuição dos poderes das Agências, a partidarização de órgãos como a Funasa e o Instituto

Nacional do Câncer, que já apresentavam, naquela época, os resultados negativos da partidarização.

Falei do tratamento, por medida provisória, do setor elétrico, das imprudências na política externa, privilegiando Fidel e Chávez, colocando a Alca em situação de examiná-la de forma ideológica.

Passou-se um ano e tivemos a oportunidade de mostrar, novamente, que o Governo só havia aumentado impostos e tributos: a CSLL, de 8% para 9%; a Cide, de 0,3% para 0,8%; o PIS/Pasep, de 0,65% para 1,65%. Havia aumentado as bases das prestadoras de serviço, naquela época, de 12% da receita bruta para 32%. Mantivera a CPMF em 0,38%. A CSLL das contribuições financeiras passou de 3% para 4%. E o resultado do Governo foi medíocre. O resultado final daquele ano de 2003 foi zero, num mundo crescendo a quase 5%, quando países em condições semelhantes à nossa cresceram 7%, 8%, 9%, 10%.

Voltei a dizer aqui, no segundo ano de Governo, que nada havia a comemorar, apenas a lamentar.

No campo ético, no dia 13 de fevereiro de 2003, surgiu o célebre caso Waldomiro Diniz, que mostrou a imagem inicial de um Governo leniente com a corrupção, que não se preocupava com o dinheiro público e que não cuidava do Partido que havia chegado ao poder e tomado a grande maioria dos postos para poder arrecadar, ilicitamente, recursos que, inclusive, vinham do próprio Poder Público.

Lembro que, no início da campanha eleitoral, houve a desfaçatez de dirigentes do Banco do Brasil em adquirir R\$70 mil para um *show* de uma campanha que já estava sendo recheada de recursos pelo “valerioduto”, via VisaNet, do próprio Banco do Brasil.

As eleições mostraram, em 2004, que realmente o Brasil começava a reagir à incompetência e à corrupção.

A economia, que cresceu 5% e foi objeto de foguetes por parte do Governo e de seus liderados, na verdade, cresceu pouco, menos do que devia, porque cresceu 5% sobre zero, enquanto o mundo cresceu 5% sobre 5% e enquanto países chamados emergentes, como o Brasil, cresceram 6% sobre 6%, 7% sobre 6%, 9% sobre 9%, mostrando que pouco alcançamos num mundo favorável ao desenvolvimento e ao crescimento.

O terceiro ano, então, tornou-se dramático. Primeiro, aquela ameaça do Governo sobre as prestadoras de serviço com a MP nº 232, que durou de janeiro a abril, até que entendeu a impossibilidade de vê-la aprovada no Congresso Nacional em face da reação não só dos Congressistas, mas dos pequenos e microempresários, que não aceitaram aquele esbulho do Governo Lula e do PT, que queria aumentar, mais uma vez, a base

das prestadoras de serviço, indo para 40%, quando já tinha sido aumentada de 12% para 32%.

A eleição para a Presidência e para a Mesa da Câmara dos Deputados já veio a demonstrar a divisão do Governo. Aí surgiram os graves casos de falta de ética que redundaram nas CPIs, aquela cena do cidadão dos Correios recebendo propina do “valerioduto”, a confissão do Sr. Duda Mendonça de que havia, para pagar a campanha do Presidente Lula e do PT em 2002, recursos que vieram de paraísos fiscais, muitos deles desviados diretamente dos cofres públicos, como foi o caso Banco do Brasil/VisaNet.

O mar de lama aumentou a tensão e a indignação do povo brasileiro quando, por meio do Supremo Tribunal Federal, foi determinada a instalação da CPI dos Bingos. Triste momento, triste realidade de um Governo leniente com a corrupção e que permitiu que seu Partido tomasse conta do poder, com o intuito do poder pelo poder e de se perpetuar no poder.

O crescimento da economia no terceiro ano também foi medíocre, 2,3%. E aí vimos que houve um crescimento pífio da produtividade, embora o mundo continuasse a crescer. Aqui no Brasil, só cresciam duas coisas: de um lado, a carga tributária, fazendo do contribuinte um burro de carga; de outro lado, a publicidade governamental, vergonhosa, que se acelerou ainda mais nos próximos anos.

Nenhum resultado prático na Educação. A Unesco revelou que 50% dos alunos têm problemas de compreensão com a leitura e que, no Brasil, a oitava série equivale à quarta de outros países.

Na saúde, os problemas do SUS e as reclamações aumentaram.

A agricultura passou a viver o seu pior momento, e sinto que continua a viver o seu pior momento, especialmente no meu Estado, Santa Catarina, onde a falta de vigilância sanitária permitiu o retorno da aftosa, e, com isso, as exportações de suínos para a Rússia paralisaram por falta de responsabilidade de um Governo que não tem a sensibilidade para ver a produção aumentar e os empregos serem gerados. Agora mesmo, estamos com um novo caso, por falta de saúde preventiva, o dos frangos, grave, Newcastle, e já atinge também, não bastasse a gripe aviária no mundo, a produção de Santa Catarina.

Por isso, quando chegamos ao quarto ano de Governo, já não tínhamos esperança. O medo, que diziam ter sido vencido pela esperança, voltou a ser a desilusão de todos. Lamento. Estamos chegando a 1.300 dias de Governo.

E o que aconteceu em 2004? A continuação dos escândalos públicos apurados, a desmoralização de um Governo incompetente e leniente, repito, com a

corrupção, um Governo que quis se apropriar daquilo que não fez por meio de uma publicidade oficial escandalosa, para manter o Presidente da República em níveis e em patamares maiores que os que tem. E seus índices certamente vão descer, porque ele não merece a confiança da sociedade brasileira.

Estamos gastando mais de R\$2,6 milhões em publicidade por dia. Quantas obras paralisadas há no Brasil, e este dinheiro sendo posto fora com uma publicidade apenas para enaltecer um Governo incompetente e corrupto? Dois milhões e seiscentos mil reais por dia é um absurdo, um escândalo, uma fraude eleitoral.

Por isso, na próxima segunda-feira, ao chegarmos a 1.300 dias de Governo, nada temos a comemorar, só a lamentar. A única esperança é que falta pouco tempo para acabar este desgoverno do Lula e do PT e para termos, por meio das urnas democráticas, uma vitória das Oposições que possa representar a redenção do povo brasileiro.

Lamento, sinceramente, ter de fazer um discurso dessa natureza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Jorge Bornhausen.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. Em seguida, darei a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a cada momento, temos surpresas na vida política – nem sempre, elas são agradáveis. No entanto, quando optamos pela vida pública, na mesma hora, estamos assinando um certificado de que queremos virar vitrine. Todos nós somos uma vitrine, em que é sempre possível receber uma pedra – isso faz parte.

De ontem para hoje, saiu uma relação de parlamentares citados na CPMI das Ambulâncias. Meu nome está incluído nessa relação. A primeira pergunta que fiz foi: que relação é essa? Essa relação foi feita pelo Ministério Público de Mato Grosso, no primeiro momento, quando foram citados nomes via jornal. O meu nome foi citado, naquela hora, pela Sr^a Maria da Penha, que trabalhava no Ministério da Saúde. Nela, havia o nome de muitos parlamentares e foi publicado pela imprensa que seria solicitado a todos os citados informações sobre o tal assunto.

Eu me surpreendi muito, porque o assunto está em segredo de Justiça. Como alguém pode responder sobre algo que desconhece? Agora mesmo, há poucos minutos, um repórter me perguntou: "Senador, o que

o senhor respondeu?" Eu disse: "Como é que você respondeu em relação ao assunto da Dona Paula?". Ele falou: "Que Dona Paula?". Eu perguntei: "Você não conhece Dona Paula?" Ele respondeu: "Não". Eu disse: "Então, se você não conhece Dona Paula, você está na mesma situação. Eu também não sei qual é o assunto." Tudo que posso informar é que eu não conheço nenhuma dessas pessoas e que eu nunca tratei com nenhuma dessas pessoas que nunca tratei com nenhuma dessas pessoas. Um parlamentar que, em seu primeiro mandato completo – estou aqui há doze anos –, teve o desprendimento de dar ou consertar, com recursos próprios, oitenta e duas ambulâncias... Eu pegava a ambulância, comprava e a entregava para o município, ou eu pegava a ambulância do município levava para Campina Grande e mandava fazer a parte mecânica, a parte de lataria, trocava pneu, ajeitava freio, fazia tudo e a entregava novinha à prefeitura.

E a que se deve a importância desse equipamento para as cidades paraibanas? Porque, infelizmente, só temos um setor de saúde que preste em Campina Grande ou em João Pessoa, Sr. Presidente. Isso deve ser semelhante no Estado de V. Ex^a, onde as cidades pequenas, quando muito, têm um posto de saúde e, às vezes, sequer dispõem do médico. Não há como se fazer um atendimento.

Mas a verdade é que a relação foi feita antes de se ouvir qualquer pessoa, as pessoas que seriam chamadas.

Hoje, pela manhã, procurei o Presidente da CPMI, Deputado Biscoia, e comentei duas coisas. Eu disse ao Deputado que já iria me antecipar, por estar em campanha na Paraíba, fornecendo todas as informações que sei genericamente, porque não sei o que consta do processo, uma vez que ele está tramitando em segredo de justiça. É estranho que, enquanto os nomes já estão divulgados, do assunto as pessoas que tiveram os nomes divulgados não tenham conhecimento. E eu vou responder o que sei: que não conheço nenhuma dessas pessoas, nunca tratei com nenhuma delas.

Nos dois últimos anos, consegui, por meio de emendas, 29 ambulâncias para a Paraíba, das quais apenas 15 foram compradas dessa empresa.

O interessante, Sr. Presidente, é que nem eu, nem V. Ex^a, ou qualquer parlamentar fará a compra. Quem compra é o prefeito. Apenas apresentamos a emenda, a pedido do prefeito. É assim que é feito. Portanto, não somos os executores das licitações.

Como disse, no meu primeiro mandato, dei 82 ambulâncias. No segundo, consegui 29, nesses últimos dois anos – e até louvo o Governo Lula, porque anteriormente não existia isso.

Ocorre que o dinheiro destinado à Saúde – e é bom que a população saiba – está ligado diretamente ao PIB. Cada vez que sobe o PIB, a Saúde sobe junto. E o Governo, nos últimos anos, quis tirar dinheiro para esgotamento sanitário. Foi aquele protesto geral. Então, cada parlamentar foi obrigado a colocar 30% da sua emendas na área de Saúde. Não havia opção: 30% da emenda tinha que ser da área da Saúde. E para quê? Para equipamento? Não há solução, porque, para equipar uma cidade do interior, onde não há médicos, enfermeiros. Portanto, a única solução seria a ambulância.

Diante desse quadro, tivemos uma infinidade de boatos. E o que me coube? Dizer que não conheço, e não conheço realmente; que nunca tratei com essas pessoas. Para mim, isso não teria significado, porque estamos falando de 15 ambulâncias, de emendas de R\$ 80 mil; estamos falando de R\$ 1,2 milhão. Hoje, uma ambulância dessas custa hoje, seja ela da Peugeot ou da Fiat, por volta de R\$ 70; R\$ 76 mil, uma ou outra. Estamos falando de R\$ 1,2 milhão.

Veja, Sr. Presidente, que, quando fazemos essas contas, constatamos do que se está falando, porque se faz mistério sobre este assunto. Contudo, na Paraíba, não tive e não tenho essa preocupação; estou com a consciência inteiramente tranquila.

Finalmente, o meu pedido ao Presidente Antônio Carlos Biscaia foi exatamente no sentido de que aprofunde as investigações. Sei que, à medida que aprofundarem as investigações e à análise dos fatos, vão encontrar a resposta que o Sr. Ney Suassuna não tem absolutamente nada a ver com isso.

A outra atitude que eu poderia tomar seria entrar na Justiça. Contra quem? Contra o Sr. Marcelo, meu ex-funcionário, e que, no dia em que eu soube que teve o problema, mandei demitir na mesma hora. O Sr. Marcelo, embora demitido, nos seus depoimentos, afirmou que eu não sabia absolutamente nada, e foi também acionar na justiça D. Maria da Penha e o Sr. Vedoin.

Já recebi a resposta de D. Maria da Penha, que qualifica as pessoas e diz o seguinte:

O interpelante imputa à Srª Maria da Penha Lino duas notícias, segundo este, inverídicas, ofensivas e caluniosas, veiculadas no jornal **Correio Braziliense**, em data de 8-5-2006 e 18-5-2006, onde foram feitas referências ao interpelante como Tio Ney, da Paraíba, e, ainda, uma afirmação supostamente feita pela interpelada de que Suassuna receberia dinheiro do esquema.

Pois bem, cumpre esclarecer primeiro [isso é a advogada dela respondendo à interpelação] que todos os processos relacionados aos supostos envolvidos

no esquema de fraude da venda de ambulâncias, decorrente da operação realizada pelo Ministério Pùblico Federal e Polícia Federal e denominada 'sanguessuga', tramitam em segredo de justiça.

Dessa forma, não poderiam ser veiculados na imprensa quaisquer fatos constantes dos autos, quanto menos transcrições de ligações telefônicas gravadas em decorrência da quebra de sigilo. Há de se apurar a fonte de que emanam tais informações para a responsabilidade dos infratores.

Aqui a advogada tem sua razão. Um crime está sendo perpetrado e ela reclama disso.

Feita essa ressalva, a interpelada esclarece que se manteve em absoluto silêncio em relação à imprensa local ou nacional no que tange aos fatos ligados à chamada operação sanguessuga e seus envolvidos, não tendo feito, em nenhum momento, qualquer tipo de afirmação.

O primeiro momento em que a interpelada falou à imprensa foi no dia 8 de junho de 2006, em entrevista coletiva dada aos jornais da cidade de Cuiabá, Mato Grosso, de forma totalmente responsável, sem fazer imputação a qualquer pessoa.

A interpelada jamais fez referência ao Senador Ney Suassuna, não se refere a este como Tio Ney da Paraíba, haja vista inexistir qualquer tipo de parentesco entre o interpelante e a interpelada, e muito menos afirmou perante a imprensa que havia recebido dinheiro de qualquer esquema.

A presente interpelação judicial é totalmente incabível em face de Dona Maria da Penha Lino e cabe ao interpelante buscar informações quanto às notícias veiculadas junto ao jornal **Correio Braziliense**, responsável pelas informações divulgadas e detentor de sua fonte.

Diante do exposto, entendo suficientes as explicações dadas.

Sandra Cristina Alves, OAB 7.544, do Mato Grosso.

Assinado em 11 de junho de 2006, em Cuiabá.

Ou seja, nos surpreendemos um pouco mais ainda quando vemos que, quando se pergunta sobre o assunto na Justiça, a suposta fonte diz que não abriu a boca para acusar ninguém hora nenhuma.

Estou aguardando as outras duas interpelações para juntar tudo isso ao processo e entregar na CPMI. Mas, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, não quero receber solidariedade nenhuma de ninguém, quero só que a justiça seja feita ao se aprofundarem as investigações, porque quem não deve não teme, e não tenho nenhum temor; pelo contrário, quero que se aprofunde. Quem tiver culpa no cartório: punição. E quem não tiver, que tenha coragem de dizer: "Fulano é inocente".

Essas são minhas considerações. É nesse sentido, Sr. Presidente, que uso a tribuna para fazer essa declaração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, darei a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de desapontar qualquer cidadão brasileiro o descaso com que o atual Governo trata de questões graves que afetam nosso País.

Quando assumem a tribuna Lideranças que têm a responsabilidade de representar nesta Casa o pensamento do Governo, é de se esperar, principalmente o telespectador cativo da TV Senado, que venham a esta tribuna prestar esclarecimentos dos feitos do Governo, justificar as acusações que estão sendo assacadas contra a Administração Federal, pelo menos, ou então providências graves com relação a fatos que acontecem no Brasil.

Há três ou quatro dias, os jornais, Senador Arthur Virgílio, começam a alertar o País para uma grave epidemia que atinge o setor aviário, começando pelo Sul do País.

O caderno de Economia do jornal **O Estado de São Paulo** traz uma matéria que diz que mais de quarenta países suspenderam a compra do frango brasileiro. No caso, ainda é um fato restrito ao Rio Grande do Sul.

Começa-se, então, a procurar na imprensa os fatos. E aí se passa a ter conhecimento de que um dos motivos que levaram a esse surto desse mal *newcastle*, como a doença é chamada, deu-se exatamente pelo não cumprimento, por parte do Governo, do trabalho de vacinação preventiva. O Governo, ao contingenciar recursos, não permitiu que o Ministério da Agricultura, pela sua vigilância sanitária, tomasse as providências devidas para o fato.

Quero aqui apresentar, em nome do meu Partido – com a devida permissão do Senador José Agripino –, a nossa solidariedade aos produtores do Rio Grande do Sul e alertar os de Santa Catarina para que tomem todos os cuidados necessários com o objetivo, Senador José Agripino, de evitar que essa epidemia se generalize pelo Brasil afora.

É grave porque, quando se abre o mesmo jornal, vai-se ver, em outra página, Presidente Renan Calheiros, que o Governo contrariou as regras da legislação vigente e, por isso mesmo, está sendo punido pelo Tribunal Eleitoral, porque gastou valores nunca dantes

vistos com publicidade governamental nos primeiros meses deste ano. As explicações do Governo – de quem lhe defende aqui – são fracas, são inconsistentes, e é preciso que o Brasil, Senador Arthur Virgílio, fique atento para o desprezo que a atual Administração tem com relação ao setor produtivo.

A crise que vive a agricultura brasileira é grave e está levando ao desespero aqueles que acreditaram na política prometida por este Governo no seu início. Os plantadores de soja do Estado do Piauí, além de padecerem pelo preço incompatível a que são obrigados a se submeter por causa do preço do dólar, enfrentam a dificuldade do transporte de seus produtos por conta do péssimo estado das estradas brasileiras. Embora o Governo brasileiro, Senador Arthur Virgílio, tenha anunciado a operação tapa-buraco – operação Alka-Seltzer –, à primeira chuva, as estradas ficaram em situação pior do que a anterior.

Nós estamos vivendo um momento em que nada sensibiliza o Governo. Quando o mundo inteiro começou a ter preocupações por conta da gripe do frango, o Governo brasileiro baixou a guarda e não liberou recursos para a campanha de vacinação periódica, permitindo que outra praga, outra peste atingisse esse setor tão importante da nossa economia.

Senador Arthur Virgílio, se tivesse havido um cuidado maior, ter-se-ia evitado essa doença que atinge, por ora, as criações dos produtores do Rio Grande do Sul, com a suspensão, por quarenta países, da compra do frango brasileiro, trazendo, portanto, prejuízos incalculáveis para a nossa economia.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Arthur Virgílio, com o maior prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito Fortes, bem a propósito, tenho aqui nota da UBA (União Brasileira de Avicultura) e da ABEF (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Carne de Frango), entidades que lutam por recursos para a defesa sanitária animal no País. Então, muito bem: está confirmado o foco da chamada Doença de Newcastle no Município de Vale Real, no Estado do Rio Grande do Sul. Isso aconteceu em 2001, em Goiás, em unidades de subsistência. O Governo agiu com a rapidez com que “esse” aí não consegue agir, o foco foi debelado, e não houve prejuízo para as exportações desse produto para o exterior. Então, as medidas do plano nacional de contingência do mal foram adotadas pelos empresários: destruição das aves da propriedade; adoção de medidas de biossegurança e de desinfecção; estabelecimento de zona de proteção num raio de três quilômetros; estabelecimento de zona de vigilância num raio de dez quilômetros; adoção de investigação epidemiológica; controle e fiscalização de

animais susceptíveis e restrição de trânsito de animais e produtos de risco. Ou seja, falta o Governo fazer a sua parte. O que nós estamos vendo é esse Governo legar para o seu sucessor, aí sim, uma herança terrivelmente maldita: a herança da crise no setor primário; a herança da crise na produção rural; a herança da crise no agronegócio – sobre isso me manifestarei da tribuna, daqui a pouco –, com reflexo sobre as exportações, com reflexo sobre o equilíbrio das nossas contas externas, com tudo o que possa significar de danoso, de deletério para a economia do País. Eu me congratulo com V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento. Senti-me tentado a dar este depoimento, fazendo eco, e, se V. Ex^a permitisse acolher no seu pronunciamento a nota da UBA e da ABEF, ela passaria a fazer parte do meu aparte, porque está explicando tudo. O que está faltando, na verdade, é governo. Governo que cuide de cumprir o seu dever, e o dever do Governo seria, por exemplo, não contingenciar recursos destinados à vigilância sanitária, à defesa sanitária animal neste País. Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento, Senador Arthur Virgílio, e lembro que, no mês de agosto de 2002, quando havia insegurança, por parte da população brasileira, com relação ao que poderia vir a ser o candidato Lula e o seu Partido ao assumir o poder, foi redigida a famosa Carta ao Povo Brasileiro. Seria bom que o PT, inclusive, num gesto de coragem e de humildade, mandasse refazer e redistribuir, Senador Renan Calheiros, aquela Carta ao Povo Brasileiro, a carta de 2002, para ser relida quatro anos depois. O PT traiu a Nação em todos os itens, Senador Arthur Virgílio, menos nos compromissos assumidos com a comunidade de banqueiros, nacional e internacional.

O mercado, evidentemente, àquela época se tranquilizou. E foi aí o ponto do compromisso assumido e honrado – único – na Carta ao Povo Brasileiro: praticar política de juros, honrar os compromissos assumidos com o FMI. Daí por que estamos vendo que, nesta última quadra, os banqueiros brasileiros lucraram como nunca em toda a história recente deste País. E o compromisso foi honrado de maneira efetiva. Como? Foram buscar onde o Presidente do Banco Central? No partido que deixava o Governo, o PSDB. Se combatiam tanto aquela política praticada pelo então Presidente da República e que foi um dos carros-chefes da argumentação da campanha do Sr. Lula, por que foram buscar um Deputado de Goiás, recém-eleito pelo PSDB, o Sr. Henrique Meirelles, exatamente para assumir o comando da economia brasileira à frente do Banco Central?

Quando se vêem questões dessa natureza que envolvem o setor produtivo e quando se vê o Governo virar as costas e, de maneira irresponsável, não liberar recursos para que se faça a prevenção com vacinação programada, é de causar tristeza e dó. Até porque, nesse mesmo jornal, anuncia-se uma possível transação envolvendo as duas maiores empresas no setor, que são exatamente a Perdigão e a Sadia. Se essa peste não for controlada, se esse surto não for contido, as ações dessas empresas tendem a correr risco. O Governo, por omissão, permite que o investimento aqui feito por pessoas que acreditam no País e no seu futuro corra riscos.

Do mesmo modo, situação mais tranquila não se verifica quando observamos a questão da febre aftosa. Por falta de uma política arrojada e corajosa, tivemos sérios dissabores nesse setor nos últimos meses. Essa crise, também, não está ainda contornada.

Fico triste quando vejo os responsáveis nesta Casa pela defesa do Governo perderem horas e horas para justificar por que o Presidente da República hoje, em Estados como Santa Catarina, tem 41% de rejeição, situação bem diferente da que ocorria há quatro anos. Mas não observam que é exatamente isto: Santa Catarina é um Estado produtor tradicionalmente, e os que ali moram olham com atenção o desdém com que o Governo trata essa questão. É tão grave, Senador Valdir Raupp, que, há menos de 30 dias, o Ministro Roberto Rodrigues abandonou a Pasta da Agricultura, desencantado, desesperançado, porque os recursos destinados àquele Ministério eram retidos pelo Governo Federal, e S. Ex^a não conseguia dar consequência aos seus projetos, aos seus planos e, principalmente, à ação do Governo.

É triste isso, porque não se cria nenhuma perspectiva de melhora. Daí por que me solidarizar neste momento com os que produzem no Brasil, principalmente com aqueles homens que acreditam no campo e que vêm faltarem recursos a eles justamente para a campanha de vacinação, enquanto sobram recursos para os MSTs da vida invadirem e depredarem o patrimônio público, como fizeram na Câmara dos Deputados.

É preciso que o Governo leve a sério questão dessa natureza, que desacredita e expõe o nosso setor produtivo perante o mundo – justamente o Brasil, uma nação com vocação para a exportação. Acima de tudo, esse problema cria perspectiva de desemprego em cadeia, o que é uma notícia péssima para um País que quer crescer e que, no último ano, cresceu menos que o Haiti.

Estes são os dados que precisam ser vistos: enquanto a China dispara, crescendo 11% ao ano, nós

ficamos na casa dos 2%. Também pudera, Sr. Senador Arthur Virgílio! Com essa política de degradação adotada pelo atual Governo, não há crescimento que se sustente, não há país que agüente, tampouco perspectiva para crescimento. Não há política sem começo, meio e fim que promova crescimento num país como o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de mais nada, encaminho à Mesa dois votos de pesar: um, pelo falecimento do notável ator Raul Cortez, reconhecido no País e no exterior; outro, pelo falecimento do grande amazonólogo, economista do meu Estado, notável secretário de Planejamento em Governo passado, Dr. Raimar da Silva Aguiar.

Sr. Presidente, acompanhei ontem, de perto, a pantomima montada pelo cidadão Bruno Maranhão. Ficou patente, primeiro, que o Governo Lula protegeu os que depredaram o Congresso Nacional, isso tendo sido denunciado na nota dos Procuradores da República, que, evidentemente, não se conformaram com o fato.

Segundo, Sr. Presidente, nós vimos, na desfaçatez e no primarismo com que se porta esse cidadão, todo o comprometimento do atual Governo com os métodos dele e dessa sucursal do MST, que são, na verdade, o MLST dele e a Via Campesina.

Chega a dizer o Sr. Bruno Maranhão, Senador Flexa Ribeiro, que não houve depredação do Congresso porque apenas quinze pessoas fizeram o quebra-quebra. Chegou a dizer que não houve vandalismo porque o prejuízo teria sido de apenas R\$85 mil e não um prejuízo de milhões de reais. No final, reafirmou-se como petista e disse que estava às ordens do Presidente do PT, Ricardo Berzoini, para trabalhar na campanha do Presidente Lula.

Eu, pessoalmente, pelo Sr. Bruno Maranhão nada posso fazer. Pessoalmente, não posso. Afinal, eu enveredei profissionalmente pelo caminho das Ciências Sociais. Eu não sou médico psiquiatra, nada posso fazer por ele.

Como homem público, porém, tenho o dever de advertir o povo brasileiro para o que seria de desestabilizador em relação às instituições democráticas brasileiras um eventual e felizmente cada vez mais distante segundo Governo Lula, tendo em vista a parceria entre Bruno Maranhão e o Governo Lula, que interferiu para que Bruno Maranhão e seus asseclas fossem libertados.

O mesmo Bruno Maranhão que arrolou quatro Senadores como golpistas e me deu a honra de colocar o meu nome entre as figuras que ele supostamente detesta. Eu o processaria se ele me elogiasse. Mas vejam o que aguardaria o País: a saída pela via torta de uma Esquerda velha para o Governo Lula, com o Sr. Bruno Maranhão botando muito mais do que as manguinhas de fora. Fica a denúncia, Sr. Presidente.

Passo a um outro item, que é uma advertência a respeito da economia do meu Estado. Na Lei de Informática, aprovada pelo Congresso e nos termos em vigor, foram expressamente excluídos dos seus benefícios as mercadorias dos segmentos de áudio; áudio e vídeo, e lazer e entretenimento, ainda que incorporem a tecnologia digital. O §1º do art. 16A da Lei nº 8.248, de 1991, após a alteração introduzida pela Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, foi absolutamente didático.

§1º O disposto nesta Lei não se aplica às mercadorias dos segmentos de áudio; áudio e vídeo; e lazer e entretenimento, ainda que incorporem tecnologia digital, incluindo os constantes da seguinte relação, que poderá ser ampliada em decorrência de em decorrência de inovações tecnológicas, elaborada conforme nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias – SH.

Para tornar ainda mais claros os propósitos desse dispositivo, o Congresso Nacional teve o cuidado de especificar, em vários incisos, uma lista de mercadorias às quais a Lei de Informática não se aplica, ressalvando que essa relação de itens poderia ser ampliada em decorrência de inovações tecnológicas. Com outras palavras, produtos que não receberiam os incentivos dessa lei para serem fabricados estariam aí incluídos.

O que se vê, nos incisos IX e X, é que aparelhos receptores de radiodifusão, monitores e projetores de vídeo da posição 8528, bem como partes reconhecíveis como exclusivas ou principalmente destinadas a aparelhos do segmento de áudio e vídeo, lazer e entretenimento não são contemplados com os benefícios da Lei de Informática, incorporando ou não tecnologia digital, conforme ressalva o **caput** do parágrafo.

A redação desses incisos, de forma mais precisa, exclui:

IX. Aparelhos receptores de televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens; monitores e projetores de vídeo da posição 8528 (inciso incluído pela Lei nº 10.176, de 11-1-2001);

X. Partes reconhecíveis como exclusivas ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições

8526 a 8528 e das câmeras de vídeo de imagens fixas e outras câmeras de vídeo, (*camcorders*) (8525), da posição 8529 (Inciso também foi incluído pela Lei nº 10.176, de 11-1- 2001).

Todo esse zelo do Congresso Nacional deveu-se à sua decisão de garantir a fabricação desses produtos, com incentivos, apenas no Pólo Industrial de Manaus. É uma sábia decisão!

E isso se deve ao reconhecimento dos excepcionais indicadores da economia amazonense, uma Região que precisava desses dispositivos para se afirmar como área econômica de relevância. É o que ela é na atualidade.

De fato, seria insano recusar apoio a um pólo produtivo que, em 2005, foi responsável por faturamento de US\$19 bilhões, por 100 mil postos de trabalho diretos e 350 mil postos de trabalho indiretos, por R\$10 bilhões de arrecadação tributária, por investimentos totais anuais de US\$5 bilhões, e por exportações de US\$2,2 bilhões que crescem em ritmo quatro vezes maior que o das importações.

Não bastasse isso, o Pólo Industrial de Manaus foi responsável pelo maior índice de crescimento industrial do Brasil em 2005 (12,1%) e que é quatro vezes superior à média brasileira, que é de 3,1%. Isso tudo acontece com um admirável índice de nacionalização, mesmo com o dólar barato e liberdade de importação. Saibam as Srs. e os Srs. Senadores que 52% dos insumos industriais utilizados no Pólo de Manaus são comprados no próprio Brasil e, desses, 33% na própria região amazônica.

Entretanto, conforme já denunciei desta tribuna, tenta-se agora aplicar um golpe novo no Pólo Industrial de Manaus. Esse movimento regular de sombras sorrateiras que a toda hora buscam meios de minimizar as conquistas que, a duras penas, aquela região tem conseguido, volta-se, neste momento, para os chamados *set top boxes*.

Os *set top boxes* destinam-se a permitir que os atuais televisores analógicos possam receber sinais digitais oriundos de satélite ou de TV a cabo. São fabricados aos milhares no Pólo Industrial de Manaus, exatamente porque não são considerados bens de informática. Em 2005, foram fabricadas em torno de 2 milhões e 600 mil unidades para sinais de TV via satélite e mais de 180 mil unidades para sinais de TV via cabo. Em 2006, somente até abril, já tinham sido fabricadas cerca de 700 mil unidades para TV via satélite e cerca de 100 mil unidades para TV via cabo.

Com a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, em que as transmissões serão feitas por sinais digitais, esses aparelhos passarão por ajustes tecnológicos, sem deixar de ser o que são: artefatos de

recepção e conversão de sinais. Mais adiante, quando os aparelhos de TV, com cristal líquido ou plasma, estiverem sendo fabricados integralmente na lógica do sistema digital, o *set top box* deixará de ser um artefato separado e se integrará como componente intrínseco do próprio aparelho de TV.

Os *set top boxes* são equipamentos que apenas funcionam acoplados a televisores. Não são equipamento de computador e nem a ele se assemelham os *set top boxes*. É equipamento destinado ao segmento de áudio e vídeo, lazer e entretenimento. Como tal e, dentro do que previa a Lei de Informática, sua fabricação, com os incentivos dessa lei, devem ser feita apenas no Pólo Industrial de Manaus.

Autoridades da República falam abertamente em modificações nessa lei para viabilizar a fabricação de *set top box* fora de Manaus. O próprio Ministro da Ciência e Tecnologia, que deveria zelar para que o conteúdo desta lei fosse respeitado, diz, de forma leniente, ainda não ter posição formada sobre a fabricação desses produtos.

Se eles não têm posição firmada, quero reiterar, a plenos pulmões, que eu tenho! A Bancada do Amazonas tem a e a sociedade toda da região também tem. Essa posição é clara: pela Lei de Informática vigente, cujo texto já mudou muitas vezes para atender a interesses que sempre trouxeram prejuízos para o Pólo Industrial de Manaus, tais equipamentos só podem ser fabricados com incentivos no Pólo Industrial de Manaus, sob pena de, daqui a pouco, vir a se consumar mais um grave golpe contra o meu Estado, o Amazonas, e, por consequência, contra o Brasil.

Não posso concordar com nada em contrário ao que existe na Lei. A consolidação do Pólo Industrial de Manaus é uma conquista do Brasil, não apenas do Amazonas e da Amazônia!

Volta e meia, surge uma idéia contrária, bizarra, totalmente contrária aos interesses nacionais. O Pólo Industrial de Manaus é uma grata realidade para a economia nacional e o Congresso vem exercendo cerrada vigilância para que golpes baixos não o atinjam e ele possa continuar sendo, como tem sido, essa poderosa alavancas para o fortalecimento de uma região pobre, como é a Amazônia Ocidental e a Amazônia de um modo geral.

Desde logo, faço aqui a advertência para que essa idéia de fabricar, com incentivos, fora de Manaus, os chamados *set top boxes* não prospere, apesar do que insinua o Diretor Superintendente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee, Sr. Dário Roberto Bampa. Isso implicaria a generalização de incentivos às demais regiões brasileiras, com prejuízos não apenas para uma região pobre como a

Amazônia. E, com isso, lamentável adeus ao Pólo Industrial de Manaus! Os prejuízos também viriam, como efeito da redução do IPI, para todo o território nacional, o que, do ponto de vista de equilíbrio das receitas federais, não seria nada conveniente.

Informo, desde logo, que, se for apresentada qualquer iniciativa, legislativa ou do Executivo, visando a alterar a Lei de Informática, com o propósito de retirar a fabricação do *set top boxes* do Pólo Industrial de Manaus, obstruirei a pauta de votação até o limite das minhas possibilidades e denunciarei, se necessário, à imprensa internacional o perigo que a Amazônia correrá com essa

usurpação do direito do meu Estado em seguir produzindo e gerando riquezas – e o que é mais importante; isto interessa a comunidade internacional, Senador José Agripino – sem agredir o meio ambiente.

Estaremos alertas!.

Eu, pessoalmente, estarei completamente alerta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 828, de 2006

Requer VOTO DE PESAR a
Sua Excelência Srº JOÃO
DE PAIVA MENEZES.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento de Sua Excelência **Srº JOÃO DE PAIVA MENEZES**, Ilustre Senador de 1987 a 1991 e Deputado Federal de 1947 a 1983:

- a) Inserção em ata de VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento;
- b) Apresentação de CONDOLÊNCIAS à família.

Sala das Sessões, 19 de Julho de 2006.

Senador FLEXA RIBEIRO



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o Requerimento.

As Srs. e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra aos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, em meu nome pessoal e em nome de toda esta Casa, registro o mais profundo pesar pela morte do ex-Senador João Menezes, pelo Pará.

Advogado e professor, João Menezes dedicou quase metade da vida à atividade parlamentar. O povo paraense o elegeu duas vezes Deputado Estadual e outras sete vezes Deputado Federal. O mandato de Senador, pelo PFL e depois pelo Partido Democrata Cristão, exerceu de 1987 a 1991. Nessas quatro décadas, como todos sabem, João Menezes soube defender com vigor os interesses do Pará e da região amazônica. Também teve, entre outras preocupações, atenção especial com a questão da carga tributária, tema, ainda hoje, da maior importância.

João Menezes será lembrado, com respeito e carinho, por todos e todas que lutaram e ainda lutam pelos direitos das mulheres.

Entre outras proposições ligadas à questão da mulher, foi ele o autor do projeto de lei que instituiu, há 25 anos, o Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril. A data, como todos sabem, acabou impulsinando de forma significativa o movimento contra todo e qualquer preconceito e discriminação de gênero.

A toda a família de João Menezes, aos amigos e aos companheiros de jornada política, nossos pêsames, nossas condolências.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colhe-me de surpresa, não sem trazer impacto e forte emoção, o falecimento do Deputado, Senador, prezado amigo, querido conterrâneo de Amazônia, João Menezes, homem coerente, lúcido, ponderado, que, nem por isso, deixou de ser um firme opositor ao regime autoritário.

João Menezes ficou marcado, em sua passagem pelo Congresso, pela cordialidade, pela firmeza das posições, pelo compromisso com a mulher, já tão bem retratado por V. Ex^a, Sr. Presidente, e pelo apoio a todos os pleitos justos da minha região, que também era a dele, a Amazônia. Era um homem que o Pará legou ao País e que a Amazônia inteira reivindica como filho seu.

A esse irmão muito querido dedico essas palavras comovidas, pedindo para me associar ao requerimento de voto de pesar que homenageia tão insigne homem público.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero me associar à nota de pesar da Casa pelo falecimento de João Menezes. Também quero levar ao Estado do Pará meu sentimento de perda porque João Menezes foi um homem e um político que, durante muitos anos, nesta Casa do Congresso Nacional, foi presença permanente, uma voz sempre pronta e alerta em defesa dos interesses do Pará. Com ele convivi muitos anos. Tinha uma boa relação com João Menezes.

Infelizmente, nossa geração já vai passando, mas deixa, sem dúvida, um rastro do trabalho que conseguiu realizar. E ele, durante o tempo em que esteve no Senado Federal e também como Deputado Federal, foi um homem sempre de temperamento muito ameno, voltado sempre para o diálogo, para a convivência, mas muito ativo na ação política. Era um bom coordenador, um político excelente e um devotado trabalhador pela Amazônia e pelo seu Estado, o Pará.

É com esse sentimento de perda, com esse sentimento de pesar que quero me associar ao Pará, à sua família e expressar o sentimento do Senado pela morte de João Menezes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, hoje, pela manhã, ao receber a notícia do falecimento do Senador João Menezes, fui tomado também, como bem disse o nobre Senador José Sarney, por um sentimento grande de perda. Perda para a Nação, para o Brasil, e para o Estado do Pará, que ele tão bem defendeu ao longo de mais de 40 anos de vida política.

V. Ex^a já registrou, no seu pronunciamento que fez há pouco o trabalho que João Menezes desenvolveu no Congresso Nacional, como Deputado Federal e como Senador. A sua luta era em defesa dos menos favorecidos, da Amazônia e do Estado do Pará.

Então, é com grande tristeza que registramos a perda desse amigo. Ele esteve aqui conosco há alguns meses, nos visitando; veio aqui, ao plenário, já com a sua saúde debilitada. Mesmo assim, S. Ex^a era atento ao trabalho da Casa. Era assíduo telespectador da TV Senado e acompanhava, ainda com uma vibração

muito grande, o desenvolvimento dos trabalhos políticos do Congresso Nacional.

O Pará perde, com certeza absoluta, um grande filho, e rende as suas homenagens a esse ilustre paraense.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Luiz Otávio, com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sras e Srs. Senadores, o Pará realmente, pela sua tradição, pelo seu povo trabalhador, tem dado provas de sua contribuição, não apenas nas questões econômicas, mas principalmente nas questões políticas, com ilustres representantes nesta Casa, no Senado Federal, e na Câmara Federal, no Congresso Nacional. E hoje o Congresso Nacional tem a tarefa de render esta homenagem ao Senador João Menezes, por ocasião do seu falecimento.

E como disseram os Senadores Flexa Ribeiro e José Sarney, João Menezes esteve aqui recentemente, demonstrando a sua vontade, a sua garra, a sua determinação, colocando à disposição do Partido o seu nome para disputar o Governo do Pará.

Era membro do PMDB, e o povo do Pará, por meio de várias eleições de que ele participou, teve o reconhecimento do nosso povo, em vários mandatos de Deputado e de Senador da República.

João Menezes foi também um grande lutador pela questão do minério de ferro. A Serra dos Carajás, à época, Amazônia Mineração e, depois, Companhia Vale do Rio Doce, estatal, teve um grande apoio do Senador João Menezes. A Vale do Rio Doce hoje é uma grande empresa privada, uma das maiores empresas de mineração do mundo – a terceira ou quarta –, uma empresa transnacional, que tem o poder de abrigar milhares de funcionários, milhares de paraenses, e de dar condições para o Pará ser um grande exportador de minério de ferro. E eu diria que a balança comercial do Estado do Pará, hoje, há mais de 12 anos, é de mais de US\$ 4 bilhões anuais, tendo de 70% a 80% de representatividade da Vale do Rio Doce.

O Senador João Menezes foi um grande articulador e um grande conciliador entre a atividade mineral, a exploração do minério e a relação institucional com o Governo do Pará.

Portanto, é importante registrar, neste momento, o passamento do Senador João Menezes e a homenagem que esta Casa faz – e o povo do Pará reconhece – no nosso trabalho, no nosso dia-a-dia, representá-lo neste Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vários Senadores já falaram sobre João Menezes, destacando diversos aspectos da sua vida, a sua contribuição como homem público. Destaco algo bastante importante: ele foi professor, educador. Exerceu essa profissão tão importante, visto que nenhum País consegue se desenvolver sem educação. Ele foi professor do que era, à época, a Faculdade de Ciências Jurídicas ou Faculdade de Direito, e que hoje é a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará. Então, João Menezes também foi professor da Faculdade de Direito. Teve vários trabalhos publicados.

Somo com os Senadores Flexa Ribeiro e Luiz Otávio, do Estado do Pará, os votos de pesar e a solidariedade à família e a toda a população à qual S. Ex^a prestou serviços como homem público, tanto como Deputado Estadual, como Deputado Federal, como Senador da República. João Menezes foi um homem que, pelos seus trabalhos, já entrou para a história do nosso Estado.

Sr. Presidente, sei que, num momento de dor, é difícil termos palavras, mas a solidariedade é uma das coisas mais importantes a demonstrar a alguém no momento da perda de um ente querido, principalmente se foi uma pessoa que extrapola o ser querido pela sua própria família para também ser um ser querido por milhares de pessoas e que teve um papel tão importante no nosso Estado.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um novo requerimento sobre a mesa de voto de pesar pelo falecimento do empresário e grande amazonólogo, Raimar da Silva Aguiar, ocorrido em Manaus, que tem como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N^o 829, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário, escritor e grande amazonólogo Raimar da Silva Aguiar, ocorrido em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, do grande amazonólogo Raimar da Silva Aguiar, notável Secretário de Planejamento do Estado do Amazonas no último Governo do hoje Senador Gilberto Mestrinho, Vice-Presidente

da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, autor de diversos livros e formulador de estratégicas para a Amazônia.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Raimar da Silva Aguiar e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. Ele deixa quatro filhos: Ananda, Marina, Jefferson e Juliano.

Justificação

O Amazonas perdeu um grande estrategista e profundo convededor da realidade da região Amazônica, o Dr. Raimar da Silva Aguiar. Querido amigo, esse amazonólogo, que exerceu importantes cargos públicos tomou-se conhecido pela sua lucidez na área de desenvolvimento sustentável, a quem em numerosas ocasiões recorri para aclarar dúvidas, jamais deixando de obter dados confiáveis que ele me transmitia com riqueza de pormenores, sempre amparados em sua integridade intelectual e extraordinário espírito público.

Numa das reuniões regionais promovidas pelo Governo, a respeito das fronteiras público-privadas, em maio último em Manaus, o Dr. Raimar, como interlocutor da Federação das Indústrias do Amazonas, advertiu, com notável firmeza, para os entraves, os gargalos relacionados à burocracia e até a leis que afetam o desenvolvimento econômico. Recordo-me de suas observações, apontando os fatores infra-estruturais para empreendimentos que, a seu ver dependiam muito mais de iniciativa do governo e menos de recursos financeiros. Nessa mesma oportunidade, o Dr. Raimar lembrou que no Norte situam-se 80% das fronteiras brasileiras (com 8 países, incluindo o quase fronteiriço Equador) e que a região carece de muita coisa, sobretudo de iniciativas, para que possa ter condições de se desenvolver. Também nessa oportunidade ficou registrada sua clara visão a respeito das PPA's, advertindo que os projetos que dela viessem a resultar não poderiam privilegiar apenas as regiões já desenvolvidas, sob pena de perpetuação do quadro de desigualdades regionais no País. Lembro-me igualmente de suas observações a respeito das imensas potencialidades da Região Amazônica, com 98% ainda preservadas. Foi desse extraordinário técnico outra lúcida observação, com a qual concordo e sou entusiasta defensor: a solução dos problemas brasileiros pode ser alcançado com investimentos na Amazônia, sem o dispêndio de recursos financeiros vultosos, ou seja: com muito pouco será possível desenvolver a Amazônia e abrir caminho para acabar com os graves problemas econômicos e sociais do Brasil.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de abordar este tema, eu gostaria de falar sobre um outro assunto rapidamente.

A minha assessoria de imprensa foi abordada por um repórter da **Folha de S. Paulo** com justa razão. Claro, tem-se que zelar pela coisa pública do menor ao maior. E a preocupação era com o fato de eu ter ido com o meu carro oficial de Líder do Partido à reunião do Conselho Político do candidato Geraldo Alckmin, no comitê de campanha dele.

Vou ser bem franco, Sr. Presidente: o homem não vai fugir ao seu estilo nunca. Na volta, dei carona ao Senador José Agripino, que havia sido alertado pelo seu Partido de que seria melhor não ir. E voltou comigo o Senador José Agripino.

Eu disse: olha, francamente, chego de Manaus, sem dormir e... Enfim, peguei o carro e fui. É como eu me locomovo em Brasília durante o meu horário de expediente. Fui aconselhado pela minha assessoria a dizer que fui como Líder, porque tenho assento no comando político da campanha de Geraldo Alckmin, porque sou Líder. Portanto, eu poderia usar o carro. Mas prefiro não entrar por esse terreno. Prefiro dizer: que bom. Se esse Brasil consegue tomar conta do meu carro oficial, não há hipótese de o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva se eleger Presidente da República mais, depois de implantar o regime de corrupção que implantou aqui. Se chegamos ao ponto, neste País, de não tolerar nem isso, que bom. Eu não deveria ter ido. Errei. Não deveria ter feito isso.

Eu poderia perfeitamente ter tomado um táxi, ou ter ido no meu carro particular. Desde que eu tivesse sido alertado, como foi o Senador José Agripino, e como não foram alertados outros Senadores e Deputados que lá compareceram, porque, no mesmo momento – e eu nem sabia disso –, lá se processava a inauguração do tal comitê de campanha do candidato Geraldo Alckmin.

Então, eu fui. Fui, parei e mandei o motorista esperar na porta. Ele perguntou: "Vou para o gabinete?" Eu disse: Não, fique aqui, porque não sei quanto tempo dura. Eu já cheguei atrasado à reunião; espere". Ou seja, nada parecido com o que fez Marcos Valério, nada parecido com o que fez José Dirceu, nada parecido com o que tem feito o Presidente Lula, nada parecido

com o que temos visto aqui. Mas que bom. Nem isso é permitido? Muito bem. Eu me declaro, portanto, culpado de ter ido, no carro oficial, ao comitê de campanha. Este é o meu crime, dele não vou fugir.

Fico feliz porque o País, exigente como está ficando, daqui para frente, não tolerará nada. Nem isso. Então, não pode tolerar sanguessuga, nem os que já estão por aí nem os que vêm. E uma lista enorme está por vir; esses cinqüenta e poucos são aqueles que o Ministério Público já detectou. Há mais gente a caminho, e gente boa, gente do Executivo, já sabemos disso. No depoimento, o tal Sr. Vedoin referiu-se a muita gente, inclusive do Executivo, inclusive ex-Ministro.

Não sou de dar desculpas mesmo. Se esse é o nível de exigência da sociedade, pura e simplesmente, que a Nação brasileira me perdoe. Eu não deveria ter cometido esse supino crime de ter ido com o carro oficial do Senado ao comitê. Quem sabe eu calcule o custo da gasolina, Sr. Presidente Sarney, e o devolva aos cofres públicos. Calculo quanto teria custado a locomoção do Senado até lá e de lá para cá, faço um cheque e o remeto à Tesouraria do Senado Federal, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A população brasileira reconhece a conduta indiscutível, ilibada de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, sobre o economista Raimar Aguiar, que foi Secretário de Planejamento do último Governo do Senador Gilberto Mestrinho, falecido hoje, mas já com morte cerebral há alguns dias, devo dizer que era um notável homem público. Uma figura que se marcava pela capacidade de polemizar quando se discutia desenvolvimento sustentável; sua tese não era a da devastação e sua tese não era de fazer da Amazônia um museu. Homem extremamente criativo, extremamente preparado, meu amigo pessoal.

Lamento profundamente tudo o que perdi com o seu passamento: o amigo correto, a figura afetuosa, o conselheiro que tantas vezes me ajudou a fazer discursos que me elucidavam para que, depois, eu tentasse, a partir desses discursos, contribuir para a Nação.

O Amazonas perdeu um grande filho, eu perdi um grande amigo, e, sem dúvida alguma, a nossa região perdeu alguém que sabia formular, que sabia pensar. Não era apenas aquele bom executivo que sabia executar; era o bom pensador que sabia formular, era o bom formulador que sabia pensar.

O meu Estado hoje está de luto, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AM) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero associar-me ao nosso Líder Arthur Virgílio, lamentando também a perda do amigo Raimar Aguiar, que era um combatente ativo pelos interesses da Amazônia, participante do Sistema da Federação das Indústrias daquele Estado e da Confederação Nacional da Indústria, como membro do Conselho Temático de Integração Nacional.

A perda do economista Raimar Aguiar é também, para a nossa região, uma grande e profunda perda, porque, como bem disse o Senador Arthur Virgílio, ele era um brilhante pensador dos problemas e das soluções necessárias para o desenvolvimento da nossa região. Quero também, então, lamentando a sua morte, transmitir as condolências a sua família e aos companheiros da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas e da CNI.

Além disso, Presidente Renan Calheiros, como disse o nosso Líder Arthur Virgílio, eu também, por não ter sido advertido de não poder usar o carro oficial do gabinete para ir ao comitê do candidato e futuro Presidente Geraldo Alckmin, cometí, como disse o Senador Arthur Virgílio, esse erro lamentável.

A Folha de S.Paulo comunicou-se com o meu gabinete perguntando se eu havia ido ao comitê usando o carro oficial, e isso foi confirmado. O carro tinha sido fotografado, e não havia necessidade disso porque, se tivessem consultado o gabinete sobre esse fato, o uso do carro teria sido confirmado.

Se erro houve, evidentemente, é lamentável. Mas, como disse o Senador Arthur Virgílio, verifique-se o custo do combustível e do funcionário para que possamos ressarcir os cofres do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AM) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 830, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisições que devem ser preenchidos no processo de desembarço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembarço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembarço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um País. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas

duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos – problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T –, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: “a burocracia e as altas taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil”. Segundo a matéria, “o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado ‘Importa Fácil’. Mas, segundo os pesquisadores, não tem dado certo”.

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal Estado de São Paulo denunciava que “além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam”.

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembarço de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala da Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro**

(À Mesa para Decisão)

REQUERIMENTO Nº 831, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisições que devem ser preenchidos no processo de desembarço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembarço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembarço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um País. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T —, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: “a burocracia e as altas taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil”. Segundo a matéria, “o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado ‘Importa Fácil’. Mas, segundo os pesquisadores, não tem dado certo”.

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal Estado de São Paulo denunciava que “além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam”.

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembarço de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 832, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro ao Ministro de Estado da Saúde as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisições que devem ser preenchidos no processo de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um País. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos – problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T –, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: “a burocracia e as altas taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil”. Segundo a matéria, “o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado ‘Importa Fácil’. Mas, segundo os pesquisadores, não tem dado certo”.

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal Estado de São Paulo denunciava que “além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam”.

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembaraço de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades

decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala da Sessões, 19 de julho de 2006 – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 833, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisições que devem ser preenchidos no processo de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um País. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos – problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T –, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: “a burocracia e as altas taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil”. Segundo a matéria, “o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado ‘Importa Fácil’. Mas, segundo os pesquisadores, não tem dado certo”.

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal Estado de São Paulo denunciava que “além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de

burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam".

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembaraço de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 834, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro ao Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e

portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisições que devem ser preenchidos no processo de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um País. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos – problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T –, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: "a burocracia e as altas

taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil". Segundo a matéria, "o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado 'Importa Fácil'. Mas, segundo os pesquisadores, não tem dado certo".

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal *Estado de São Paulo* denunciava que "além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam".

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembaraço de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala da Sessões, 19 de julho de 2006 – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 835, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro ao Ministro de Estado da Educação as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados

à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisícões que devem ser preenchidos no processo de desembaraço de equipamentos insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembaraço de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos — problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T —, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: “a burocracia e as altas taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil”. Segundo a matéria, “o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado ‘Importa Fácil’”. Mas, segundo os pesquisadores, “não tem dado certo”.

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal Estado de São Paulo denunciava que “além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam”.

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembarque de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala da Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2006

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e dos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e tendo em vista as constantes denúncias de que entraves burocráticos têm atrasado e prejudicado sobremaneira importantes pesquisas científicas que demandam a importação de equipamentos e insumos, requeiro à Ministra de Estado do Meio Ambiente as seguintes informações:

1. Em que situações a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica se submete à fiscalização deste Ministério ou de seus órgãos subordinados ou vinculados?

2. No âmbito de atuação deste Ministério e dos seus órgãos subordinados e vinculados, que requisitos devem ser preenchidos para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica?

3. Quais as normas jurídicas (leis, decretos, instruções normativas, resoluções e portarias, entre outras) aplicáveis ao processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais normas.

4. Quais os formulários e requisícões que devem ser preenchidos no processo de desembarque de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica? Requeremos cópias de tais documentos.

5. Que autorizações e licenças devem ser solicitadas para a importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica? Qual o prazo de validade dessas autorizações e licenças? Requeremos cópias de tais documentos.

6. Qual o prazo médio para o desembarque de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica, após sua chegada ao território nacional?

7. Em que se diferencia o tratamento dado à importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica, em relação ao dispensado às mercadorias importadas para abastecer o mercado interno?

8. Há iniciativas para a simplificação do procedimento de desembarque de equipamentos, insumos e materiais importados, destinados à pesquisa científica?

Justificação

É bem conhecida a íntima relação entre o estágio de desenvolvimento científico e tecnológico e o nível de desenvolvimento socioeconômico de um País. Estudos indicam que os países avançados investem, em termos percentuais em relação do Produto Interno Bruto (PIB), muito mais em Ciência e Tecnologia (C&T) do que as nações atrasadas. Essa correlação não prova existir uma ligação de causa e efeito entre investimentos em C&T e desenvolvimento, mas sugere que há um processo de retroalimentação entre essas duas variáveis, pelo qual investimentos levam a desenvolvimento e este a mais investimentos.

No Brasil, além de sofrer com a crônica falta de recursos – problema que poderia ser minimizado, não fosse o intenso contingenciamento dos recursos alocados aos Fundos Setoriais de C&T –, a pesquisa científica tem sido severamente prejudicada por entraves burocráticos à importação de equipamentos, insumos e materiais.

Em 2 de julho de 2006, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu reportagem em que pesquisadores de prestígio acusam: “a burocracia e as altas taxas de importação estão estrangulando a ciência do Brasil”. Segundo a matéria, “o governo brasileiro até criou um programa de importações científicas chamado ‘Importa Fácil’. Mas, segundo os pesquisadores, não tem dado certo”.

As queixas dos pesquisadores não são novas. Em 22 de fevereiro de 2004, o jornal Estado de São Paulo denunciava que “além de ter de lidar com o eterno problema da falta de recursos, sem falar nos baixos salários, os cientistas enfrentam ainda o excesso de burocracia e regulamentação para importação de equipamentos e insumos. A demora é tanta que muitos equipamentos são danificados e reagentes estragam”.

Desde então, o problema tem sido freqüentemente noticiado na imprensa, sempre com referências à perda de insumos perecíveis e ao comprometimento de pesquisas em curso, em função do excessivo prazo para o desembarque de materiais importados. Além disso, os pesquisadores enfrentam sérias dificuldades decorrentes do modo desarticulado como atuam os diversos órgãos envolvidos com a questão.

Há cerca de dois anos e meio, portanto, as dificuldades para a importação de equipamentos e insumos para pesquisa científica já eram notícia nos principais veículos de comunicação do País. Nesse período, potenciais conquistas científicas foram adiadas, ou mesmo inviabilizadas, pela burocracia estatal, em detrimento da melhoria das condições de vida da população, do desenvolvimento nacional.

Contamos com a colaboração de nossos Pares para a aprovação do presente requerimento de informações, que tem por objetivo esclarecer em parte o emaranhado de normas jurídicas, exigências e autorizações de observância necessária no processo de importação de equipamentos, insumos e materiais destinados à pesquisa científica.

Sala das sessões, 19 de julho de 2006 – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AM) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 837, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à equipe de paradesportistas do Amazonas, pela brilhante participação na competição “Circuito Caixa Brasil Paraolímpico de Natação e Atletismo”, realizada em Belém.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à equipe de paradesportistas do Amazonas, pela brilhante participação, com a conquista de varias medalhas na competição “Circuito Caixa Brasil Paraolímpico de Natação e Atletismo”, realizada em julho de 2006, em Belém.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da equipe amazonense de esportes paraolímpico.

Justificação

Os atletas paraolímpicos do Amazonas participaram, em julho de 2006, com grande brilho na competição “Circuito Caixa Brasil Paraolímpico de Natação e Atletismo”. Lá, a equipe conquistou diversas medalhas, incluindo o Ouro em Natação, conferido a Aljair Dantas, dois Bronzes, nos 100 metros peito e nos 200 metros medley. Jean Dias conquistou Medalha de Prata nos 400 metros livres e Bronze nos 100 metros costas e nos 200 metros medley.

Jean Dias conquistou Medalha de Prata nos 400 metros livres e bronze nos 100 metros costas e nos 200 metros medley.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 838, DE 2006**Requer Voto de Aplauso ao Nacional Fast Clube, pelo transcurso do 76º aniversário de sua criação.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Nacional Fast Clube, pelo transcurso do 76º aniversário de sua criação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Presidente da agremiação, Sérgio Ribeiro e, por seu intermédio, aos jogadores, dirigentes e à torcida, bem como ao Deputado Domarques, um dos mais entusiastas torcedores com que conta e que sempre contribuiu com seu trabalho para o êxito do clube.

Justificação

O Nacional Fast Clube, carinhosamente chamado no Amazonas simplesmente de Fast, é uma agremiação em plena ascensão e, agora, parte para disputar uma das vagas da Série B do Campeonato Brasileiro de 2007. Adotado pela torcida de Itacoatiara, o Fast surgiu de um grupo do Nacional F.C. e tornou-se o rolo compressor do futebol do Amazonas. Nessa nova fase, o clube contratou novos valores, entre eles o atacante Túlio Maravilha. No otimista embalo com que se prepara para chegar ao Campeonato Brasileiro, o Fast vai também promover reforma em seu estádio, na cidade de Itacoatiara. Assim, a homenagem que ora formulou justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 839, DE 2006**Requer Voto de Pesar pela morte, em Manaus, do menor João Paulo de Souza, de apenas três anos, vítima de negligência de clube aquático.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 6 de julho de 2006, do menor João Paulo de Souza, de apenas três anos. Vítima da negligência e da falta de meios de socorro e de vigilância em clube da Capital do Amazonas. João Paulo morreu afogado em piscina de adultos no Parque Aquático Selva Park.

Requeiro, mais, que este Voto seja levado ao conhecimento dos familiares do menor, por intermédio do Parque Aquático Selva Park.

Justificação

O Voto de Pesar proposto justifica-se. O falecimento do menor João Paulo de Souza causou consternação na capital do Amazonas. Ele freqüentava o clube e, na inocência própria da idade, mergulhou na piscina de adultos, sem que ali houvesse ao menos um salvavidas. Nada vai reparar a perda, ocorrida de forma tão trágica, mas deve servir de alerta ao clube, que não presta a devida atenção aos seus associados.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 840, DE 2006**Requer Voto de Aplauso ao povo de Parintins, pelos festejos em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira do município.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao povo de Parintins, no Amazonas, pelos festejos em honra da padroeira do município, N. Srª do Carmo.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do povo de Parintins, por intermédio do Prefeito Municipal, Bi Garcia; bem como ao conhecimento do Vice-Prefeito Messias Cursino e aos Vereadores de Parintins, por intermédio do Presidente da Câmara Municipal, Ex^{mo} Sr. Vereador Tony Albuquerque.

Justificação

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a uma comunidade brasileira que se destaca no cenário nacional, e até mundial, pela força de seu maravilhoso Festival Folclórico, que, anualmente, atrai milhares de turistas. No último dia 6 de junho de 2006, Parintins comemorou a data da padroeira, Nossa Senhora do Carmo, com círio que reuniu 25 mil devotos.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 841, DE 2006**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, ocorrido em São Paulo, no dia 18 de julho de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, dia 18 de julho de 2006, do ator Raul Cortez, que integrou o elenco de novelas da Rede Globo, de vários filmes e de peças de teatro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ator e da Rede Globo de Televisão.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. O ator Raul Cortez era um dos nomes de maior relevo do teatro brasileiro, do cinema e das novelas da televisão. Natural de São Paulo, Cortez tem seu nome ligado à dramaturgia brasileira, desempenhando com êxito inúmeros personagens. A ele foram, por isso, conferidos diversos prêmios. Antes de se hospitalizar, atuava na novela Senhora do Destino, mas teve que se afastar em consequência do agravamento do seu problema de saúde, com o qual convivia há mais de um ano.

O ator que o Brasil perde era politizado e, ao lado de Fernando Henrique Cardoso e de Mário Covas, participou de comício pelas eleições diretas em 1984. Sempre votou em candidatos do PSDB. Era amigo de José Serra e, em 2002, promoveu jantar em favor do tucano à Presidência da República.

Conheci Raul Cortez pessoalmente e dele guardarei a boa impressão que sempre passou a todos os brasileiros: a do ator competente, responsável e de brilho invulgar.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 842, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Bolsa de Mercadorias & Futuros pelos 20 anos de contribuição para a economia do Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Bolsa de Mercadorias & Futuros, pelos 20 anos de sólida contribuição ao desenvolvimento e consolidação da economia do Brasil.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento do Presidente do Conselho de Administração da BM&F, Dr. Manoel Felix Cintra Neto, e, por seu intermédio, aos demais dirigentes da instituição e aos seus funcionários e colaboradores.

Justificação

A Bolsa de Mercadorias & Futuros está completando 20 anos de bons serviços prestados ao Brasil, período de inegável contribuição ao desenvolvimento e consolidação da economia nacional. Paralelamente a suas funções primordiais, a BM&F deu ao País também estudos, pesquisas e publicações valiosas sobre as atividades econômicas aqui desenvolvidas. Salientam-se o livro História da Estabilização Econômica

Brasileira e o álbum com a reprodução fotográfica das obras de arte brasileira que compõem o acervo da instituição.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Requerimento Nº 843, DE 2006

Requer Voto de Aplauso aos enxadristas vitoriosos no “Torneio Início” da 2ª Olimpíada de Xadrez, realizada no dia 15 de julho de 2006, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art.222, do regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos enxadristas vitoriosos no “Torneio Início” da 2ª Olimpíada de Xadrez, realizada em Manaus, em julho de 2006. Fabiano Bezerra, primeiro lugar; Sebastião Musse, segundo lugar e Renan Reis, terceiro lugar.

Requeiro ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento dos enxadristas vitoriosos.

Justificação

O Voto que requeiro ao Senado da República visa a homenagear os enxadristas amazonenses vitoriosos no “Torneio Início” da 2ª Olimpíada de Xadrez, prevista para o final de julho de 2006.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AM) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AM) – De acordo com a ordem de inscrição que combinamos com os Líderes partidários, concedo a palavra ao Senador José Sarney e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY NA SESSÃO DO DIA 19 DE JULHO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa agradece o momento que V. Exª acaba de proporcionar à Casa, sobretudo porque consubs-

tancia, mais uma vez, a maneira competente, corajosa, engajada como o Senador José Sarney exerce o seu mandato, especialmente na defesa do interesse do País e do Estado que ele representa no Senado Federal, o Amapá. Parabéns a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Senador Alvaro Dias, pela ordem, depois do Senador José Agripino, viria a Senadora Ana Júlia. Darei a palavra a V. Ex^a logo em seguida, a não ser que V. Ex^a desista...

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– O Senador Alvaro quer trocar comigo? Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo, com muita satisfação, a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 19 DE JULHO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro) – Agradeço ao nobre Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, em permuta com a Senadora Ana Júlia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, encaminho à Mesa voto de pesar pelo falecimento trágico, na minha cidade, do menor João Paulo de Souza, de 3 anos de idade, vítima de negligência de um clube aquático. Ou seja, é nesta hora que eu me sinto subdesenvolvido, quando eu vejo o quadro desastroso de segurança pública no meu País, quando eu vejo uma família levar a criança a um clube, pelo qual paga para freqüentar, e volta para casa sem o filho. Nós temos muito o que fazer para construir relações humanas efetivamente fortes, sólidas, neste País, de Norte a Sul. Meu Estado talvez seja um pouco mais desvalido, mas, de Norte a Sul. Portanto, o meu

voto de pesar vem como um protesto, por tudo o que significa de descaso, em relação à criança, ao menor, ao adolescente, no País que é useiro e vezeiro no descaso em relação à criança e ao adolescente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– A Mesa acolhe o voto de pesar encaminhado por V.Ex^a e lastima a perda de uma vida inocente no Estado que V.Ex^a tão bem representa no Senado Federal.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Com a palavra V.Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR.. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria apenas destacar, já que encaminhei à Mesa requerimento de pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez, que eu o fiz não só pelo que representa de fantástico no mundo artístico nacional, pela sua notável contribuição, pela sua presença inestimável no mundo das artes, mas pelas convicções políticas que sustentou ao longo da sua vida, contribuindo para as transformações do País, essencialmente a sua participação ativa na campanha por eleições diretas. Lembrei-me de que o primeiro comício das diretas tive a honra de organizar em Curitiba no dia 12 de janeiro de 1984. E um dos primeiros a aceitar o nosso convite para dele participar foi Raul Cortez. Ele, ao lado de Dina Sfat, de Fafá de Belém e de outros artistas brasileiros, entusiasmou a multidão que lá compareceu para uma participação efetiva em toda a luta por eleições diretas no Brasil. Exatamente pela sua competência de refletir politicamente é que nos lembramos da sua passagem também pela vida pública brasileira como um ator no plano da ciência política, contribuindo para que o Brasil pudesse alcançar a redemocratização, que permitiu ao povo brasileiro eleger o Presidente da República.

Ele não participou apenas daquele comício em Curitiba, na Rua das Flores, na Boca Maldita; ele participou de praticamente todos os demais comícios por eleições diretas. Daí a nossa lembrança nesta hora, daí a nossa solidariedade aos amigos, a sua família, e, sobretudo, a nossa solidariedade ao povo brasileiro que tanto o admirou.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Com desculpas ao Senador Valdir Raupp, pela ordem tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito essa ensancha que me oferece o Senador Alvaro Dias

e digo que igualmente tomei a providência de requerer voto de pesar em solidariedade à família do ator Raul Cortez. E as razões são, na verdade, as mesmas que animam o Senador Alvaro Dias. Participei com ele, ao lado dele, acompanhando-o, de praticamente todos os comícios essenciais pelas eleições diretas no País, pela aprovação da emenda de autoria do falecido e já muito saudoso Deputado Dante de Oliveira.

Do mesmo modo, meu caro Alvaro, Cortez engrenou com um grupo lúcido de intelectuais e de atores, de artistas, na campanha de Tancredo Neves e de José Sarney pela transição democrática, aquela que derrotou Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Ele engrenou imediatamente no passo seguinte. Ele saiu das Diretas e entrou na campanha de Tancredo, e a mobilização continuou sendo feita em grande medida pelo que aquelas vozes tão desinteressadas, tão próximas da boa política e tão desinteressadas do jogo rasteiro eram capazes de fazer. Ele foi um dos líderes entre os artistas desse País pelas Diretas Já e depois pela derrota de Maluf e pela vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral. Soube do seu martírio e da sua agonia e soube da sua forma valente, decidida, correta, humanamente grandiosa com que enfrentou toda a agonia.

Portanto, Sr. Presidente, apresentei esse voto de pesar por Raul Cortez, seguro de que o Brasil se empobreceu intelectualmente, o Brasil perdeu um filho absolutamente generosos. E perdemos todos nós, que guardamos dele essa boa lembrança. E não há um brasileiro que não guarde – Alvaro e eu talvez mais de perto, outros e todos também guardam – lembranças das atuações impecáveis, talentosas do grande ator. Portanto, sei que neste momento encarnamos aqui a dor de todo um povo e, ao mesmo tempo, o orgulho de todo o povo de tê-lo como irmão e de uma nação de tê-lo tido como filho.

Muito obrigado ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – AP) – A Mesa acolhe o requerimento de V. Ex^{as}s, e a Presidência associa-se ao voto de pesar pela perda que a arte a cultura brasileira sentem com o falecimento de Raul Cortez.

Com a palavra o nobre Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago aqui matéria, manchete do jornal **Valor Econômico**, edição de hoje, que diz: "Ibama devolve estudo e atrasa usinas do Madeira:

O Governo pretendia licitar a concessão do A licitação do gigantesco complexo hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia, prioridade

do Governo Federal na área energética, pode ser adiada para 2007 em razão de problemas ambientais. O projeto, que exigirá, no mínimo, R\$20 bilhões em investimentos, conta com duas hidrelétricas no município de Porto Velho, que somam 6,450 megawatts. O Governo pretendia licitar a concessão do Madeira julho. Mas, no dia 7 de julho, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pelo licenciamento, devolveu o estudo de impacto ambiental realizado por Furnas e pela Odebrecht, por considerá-lo insatisfatório. As empresas deverão refazer agora alguns dos 29 pontos do relatório questionados pelo Ibama e submetê-lo a reavaliação. Esse processo, porém, pode tomar de quatro a cinco meses e comprometer a licitação das usinas neste ano.

Para que não ocorra sério problema de oferta de energia em cinco anos, as obras do Madeira deverão ter início até agosto de 2007. Depois disso, as cheias do rio não permitirão o início da obra, que teria que ser adiada por mais um ano.

Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal criada pelo Governo Lula para planejar o setor elétrico, afirma que as distribuidoras de energia já fecharam contratos suficientes para atenderem a demanda até 2010 e que o leilão do Madeira está previsto para novembro – tempo ainda suficiente para que o início da geração de energia ocorra dentro do previsto, em 2011. Mas um relatório de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aponta que, a partir de 2009, não há um megawatt sequer a ser somado ao sistema nacional que venha de usinas que não tenham algum problema de ordem ambiental, judicial ou econômica.

É muito sério, Sr. Presidente.

Aqui, mais na frente: "Licença ambiental atrasa licitação de hidrelétrica do rio Madeira". Mais na frente: "Relatório da Aneel mostra menor oferta após 2009".

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o projeto de construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia – Estado que tenho a honra de representar nesta Casa –, tem suscitado a apaixonada e nem sempre razoável dialética entre o Estado brasileiro, de um lado, e os ambientalistas e suas organizações, de outro.

Há, em Rondônia, os que se opõem à construção das hidrelétricas do mesmo modo que muitos defen-

dem o projeto, e com grande entusiasmo – como eu, que tenho falado inúmeras vezes nesta tribuna e nas Comissões do Senado.

Aparar arestas; arrefecer contrariedades; minar resistências injustificadas pela concórdia, pelo diálogo democrático e sadio; estabelecer os pontos de interesse comum entre Estado e sociedade são as metas a que me proponho neste discurso.

Srs e Srs. Senadores, é do conhecimento geral que a crise energética enfrentada pelo Brasil nos últimos anos só poderá ser resolvida pela realização de projetos de média e longa maturação, que levem em conta as projeções do aumento de consumo energético da população brasileira, seja no horizonte imediato, seja no curso das próximas décadas.

Uma coisa é certa, porém: o País tem sede e tem fome de energia elétrica, e tem fome e sede porque anseia por crescimento, porque anseia pelo aumento de emprego e da renda e por efetivas melhorias das condições da vida individual e coletiva do povo brasileiro. O Brasil democrático e moderno deve ter, na generosa multiplicação das oportunidades para todos e para cada um, o objetivo mais importante das suas ações.

Ao mesmo tempo, nossa sociedade também resguarda o interesse legítimo em assegurar, no Brasil, o crescimento econômico sustentável, equilibrado, livre de poluição, o crescimento gentil e respeitoso com o meio ambiente, com a proteção da natureza, neste mundo por demais complexo, em que tudo está absolutamente interligado e interdependente.

Quero sustentar, aqui desta tribuna, que projetos arrojados e, sobretudo, imperativos para o bem-estar do cidadão brasileiro, como o projeto hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia, não podem, não devem e não haverão de ser percebidos como antagônicos ao interesse público.

Projetos fundamentais, como esse, não haverão de ser inviabilizados por uma postura apriorística e açodada, de caráter maniqueísta, reducionista, simplista e binário, que não encontra abrigo em um mundo complexo e desafiador.

Relembro a todos que o ambientalista raivoso e, afortunadamente, minoritário, que dirige impropérios e ofensas – tantas vezes injustas – ao Estado e aos seus representantes, geralmente chega à sua residência, ao seu trabalho, à faculdade em que estuda ou às audiências públicas como todo cidadão de bem: dirigindo seu automóvel ou fazendo uso do transporte coletivo, ou seja, queimando petróleo e poluindo a biosfera, muito embora conserve em sua consciência intenções benéficas de preservação do meio ambiente.

Quando chega à sua residência, cansado dos inevitáveis embates inerentes à vida, o ambientalista

radical também faz uso do gás para a sua cozinha e de energia elétrica para o seu banho, energia que, de resto, garante a iluminação do seu lar e também da via pública em que transita.

Ora, em uma sociedade plural e que busca igualdade de oportunidades, é lícito supor que o papel do Estado reside, justamente, em prover, de modo adequado e limpo, mais geração de energia elétrica, para atender aos que ainda não a usam.

Do mesmo modo, é papel do Estado planejar para que a produção energética coincida com os objetivos de crescimento econômico nacional e garantir o atendimento à elevação inercial do consumo energético.

Srs e Srs. Senadores, por trás de eventos lastimáveis, como a famigerada crise do “apagão”, sofrida, no início da década, pelos Estados do centro-sul brasileiro, há questões de vida e de morte para o cidadão comum, temeroso e acossado por impasses sociais da mais alta gravidade, como a crise de segurança pública que, atualmente, enfrentamos em nosso País.

Em 2001, ano do “apagão”, o jornal **Folha de S.Paulo** publicou que, em razão da iminente falta de energia na capital paulista, havia grande possibilidade de que as fugas em massa viessem a ocorrer nos presídios da capital paulista e no interior de São Paulo, com toda uma gama incalculável de riscos para os paulistanos – para outros Estados também. A matéria jornalística acrescentava, ainda, que muitos pacientes poderiam falecer em mesas de operação, em hospitais públicos e privados, porque aparelhos fundamentais, como respiradores mecânicos, iam simplesmente parar em hospitais desprovidos de geradores próprios de energia.

Não pretendo, com isso, defender uma postura catastrofista sobre o problema energético nacional, muito embora a não-realização de projetos como as hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau redunde em outra catástrofe, de magnitude ainda maior, qual seja, o gargalo intransponível ao nosso desenvolvimento, o obstáculo imenso à emancipação econômica dos brasileiros pobres e miseráveis, que não podem ver negado seu direito de sonhar com dias melhores, em um Brasil ainda muito injusto na repartição das suas riquezas.

Lembro também, Sr. Presidente, que, no que diz respeito ao Estado de V. Ex^a, o Pará, o projeto da Usina de Belo Monte se arrasta há anos com problemas ambientais ainda não superados pelas autoridades ambientais.

Em Rondônia, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, muito ao contrário, renovarão a vitalidade energética da região Norte. Juntas, Santo Antônio e Jirau devem gerar cerca de 12 mil empregos diretos,

pelo prazo de, no mínimo, uma década. Santo Antônio e Jirau vão, além disso, injetar nada menos que R\$500 milhões por ano na economia do Estado e da região, com excelentes repercussões no setor de serviços da capital rondoniense e, por que não dizer, de todo o Estado de Rondônia.

Depois de construídas, as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau devem produzir algo em torno de 6,5 milhões de megawatts para benefício permanente de cada cidadã e de cada cidadão do meu Estado de Rondônia.

Srs. Senadores, o aproveitamento hidroenergético do rio Madeira encontra resistências abertas em setores minoritários da sociedade. Porém, minha maior preocupação cinge-se aos velados interesses de supostos órgãos de defesa ambiental dos Estados Unidos ou de outros países que andam se imiscuindo – indevidamente, a meu ver – nos assuntos soberanos do Brasil, com o estranho objetivo de inviabilizar projetos como esse a que me refiro e como tantos outros.

Felizmente, porém, a política nacional abandonou, há muito, a ingênuo hipótese cristalizada no adágio segundo o qual “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. O político de visão, de modo algum, sustentaria o contrário – que nada que interesse aos Estados Unidos poderia interessar ao Brasil –, pois há muitos objetivos e interesses comuns entre nós e a superpotência do norte, como o combate ao terrorismo e à proliferação nuclear, a liberalização do comércio internacional e a expansão da democracia no mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço mais três minutos, se possível.

É preciso ter em mente, no entanto, que a existência da prisão de Abu Ghraib, no Iraque, é bom para os Estados Unidos e não é bom para o Brasil; que Guantánamo, ao que parece, é bom para os Estados Unidos e não é bom para o Brasil; que o desrespeito aos direitos humanos e à liberdade de imprensa não nos causa tanto interesse, embora seja bem-visto por setores da sociedade norte-americana; que o endurecimento absurdo do tratamento aos imigrantes é bom para os Estados Unidos, mas em nada beneficia o Brasil; e que o unilateralismo belicista do novo Império Romano pode convir aos seus próceres, porém choca e agride as consciências de todos os povos, em todo o mundo.

Antes de se imiscuir nos assuntos brasileiros, a potência norte-americana deve se lembrar que são eles, e não nós, os maiores poluidores da Terra. Não satisfeitos em transformar a biosfera na lata de lixo planetária, recusam-se, insensivelmente, a ratificar o

Protocolo de Kyoto, e o resultado de tantas e tão graves ambigüidades todos sabemos.

Srs. Senadores, o que pretendo, nesta minha fala, é corroborar o interesse nacional no projeto de aproveitamento energético do rio Madeira, projeto que conta com rigorosas medidas de proteção ambiental e que irá trazer muitos benefícios para a população de Rondônia e do Brasil.

Em países de baixo perfil democrático, projetos megalômanos muitas vezes atropelam dezenas e centenas de milhares de interesses individuais, porque são levados avante por governos autoritários. Em nosso País, pretendemos o contrário: diretrizes públicas amadurecidas pelo debate franco e aberto, em benefício de todos e de cada um.

Assim foi com o projeto de construção das hidrelétricas de Santo Antônio e do Jirau, que devem ser levadas a cabo, para o bem de todos os rondonienses e de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, não podemos prescindir da geração de tantos empregos, da melhoria na qualidade de vida da população de Rondônia e do Brasil. Esse projeto precisa ser acelerado. As organizações ambientais, os órgãos ambientais brasileiros não podem e não devem atrasar esse projeto tão importante para a sustentação econômica, de geração de energia, de emprego e renda do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PMDB – PA)

– Nobre Senador Valdir Raupp, o pronunciamento de V. Ex^a denuncia ao País um fato da maior gravidade. Mais uma vez, a área ambiental deste Governo cria obstáculos ao desenvolvimento do País não apenas da nossa região amazônica, que tem um potencial de energia hídrica da maior importância para o futuro da Nação brasileira. Assim como V. Ex^a luta pela construção da hidrelétrica do rio Madeira, nós – V. Ex^a se referiu a isso –, no Pará, lutamos pela construção de Belo Monte. O Pará não se beneficiará em nada com a produção da energia de Belo Monte, a não ser no que diz respeito à geração de emprego e renda no seu território. Essa energia toda irá beneficiar, sim, a Nação brasileira, porque, se a obra não for executada, lamentavelmente, teremos, já nos próximos anos, a partir de 2009 ou 2010, um novo “apagão” por falta de energia. Este Governo, que ainda não fez a construção de nenhum quilowatt de energia hídrica nestes três anos e meio, se omite ao não pressionar e não buscar a aprovação desses importantes projetos de geração de energia.

Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento!

Concedo a palavra a nobre Senadora Ana Júlia Carepa, do PT do Pará. Em seguida, fará uso da

palavra o Líder José Agripino, do PFL do Rio Grande do Norte.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes do Brasil, especialmente do meu Pará, inicio o discurso solidarizando-me com o Senador Arthur Virgílio pela homenagem que prestou ao economista Raimar da Silva Aguiar e enviando meus votos de pesar aos familiares do economista.

Confirmei com V. Ex^a, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, se era exatamente aquela pessoa que conheci há pouco tempo, quando fomos discutir, na Confederação Nacional da Indústria, o Projeto sobre a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Vi que aquele era um homem, independentemente de posições que podem ser polêmicas, interessado no desenvolvimento da região, uma pessoa muito ativa. Portanto, a Amazônia perde, com certeza, com o falecimento do economista Raimar da Silva Aguiar.

Quero, também, felicitar os alunos, professores e diretores da Escola Municipal Prof. Cândido Vilhena, do Município de Vigia, no Estado do Pará, porque a instituição foi a mais bem colocada de toda a região Norte na Prova Brasil. Ocupou a 13^a posição no ranking nacional e ficou em 1º lugar, entre as instituições do Pará, na avaliação de matemática dos alunos da 4^a série, com uma média de 252,4 pontos. Em todo o País, a média em matemática, na 4^a série, foi de 180 pontos. A Escola Municipal também se destacou na avaliação de português na 4^a série, ocupando o segundo lugar no ranking paraense, com 208 pontos. Quero, portanto, parabenizar os professores e os alunos da Escola Municipal Prof. Cândido Vilhena, do Município de Vigia, no Estado do Pará.

Parabenizo também os professores, diretores e alunos da Escola Federal Tenente Rêgo Barros, que fica em Belém, pois foi a segunda instituição mais bem colocada da região na Prova Brasil, ocupando a 26^a posição entre as 40.920 instituições de todo o País. Isso é um orgulho para nós.

Ela ocupou também o primeiro lugar entre as instituições do Pará na avaliação de matemática dos alunos da 8^a série, com uma média de 304 pontos. Em todo o País, nesse nível, a média dos alunos de matemática foi de 237 pontos – a escola federal Tenente Rêgo Barros ficou com 304 pontos.

A Escola Federal também se destacou na avaliação de português na 8^a série, repetindo o primeiro lugar na classificação paraense, com 265 pontos.

Faço este registro para mostrar o nível dos educadores e dos alunos do nosso Estado, o Pará. Mas quero hoje falar sobre transferências de recursos, nas

diversas áreas, para nosso Estado. Quero falar, por exemplo, dos recursos que foram repassados, dos diversos fundos, como o Fundo de Participação dos Estados. São transferências constitucionais, sim.

Foram repassados, por exemplo, em 2005, entre transferências ao Governo do Estado e transferências aos Municípios, quase R\$4 bilhões. A evolução foi: R\$2,6 bilhões em 2002, R\$2,769 bilhões em 2003, R\$3,223 bilhões em 2004 e R\$3,968 bilhões em 2005. Foram quase R\$4 bilhões, em 2005, de transferências para o Estado e para Municípios do Estado do Pará.

Vou discorrer aqui sobre vários números, que podem parecer números de estatística, mas eu queria apresentar os gráficos também para mostrar exatamente o crescimento do repasse de recursos, não só os obrigatórios, os constitucionais, como também as transferências voluntárias.

Na área da Saúde, eu queria aqui apresentar o gráfico para mostrar a evolução e o crescimento.

Em 2003, tivemos um valor um pouco menor, é verdade, mas houve um crescimento significativo em 2004 e 2005; e, pela projeção dos valores de 2006, em apenas um trimestre de 2006 – janeiro, fevereiro e março -, foram R\$300 milhões, em apenas três meses. Isso já mostra claramente que vamos ultrapassar o valor repassado em 2005, que foi de R\$681 milhões.

Em 2002, foram repassados R\$537 milhões para a Saúde, tanto de custeio, quanto de investimento. Isso tanto para o estado como para os municípios. Esses valores, em 2003, foram de R\$509 milhões. Como eu disse, foram um pouco menores; mas, em 2004, foram R\$ 646 milhões. Em 2005, foram destinados R\$ 681 milhões para o Pará, para a área de saúde, o que mostra exatamente a evolução, o crescimento do volume de recursos repassados para áreas fundamentais – estou falando da Saúde, área fundamental.

Aqui não estão relacionados os financiamentos do BNDES para a construção de hospitais regionais. Em convênio assinado agora, há menos de um mês, foram R\$166 milhões. É financiamento? É. O Estado vai pagar? Vai. Mas todos sabem que os financiamentos do BNDES oferecem condições diferenciadas dos demais bancos. E por que não se conseguiu o mesmo em outros Governos? Essa é uma demonstração de que este Governo não está discriminando, ao contrário, se serão construídos hospitais no Estado do Pará, quem está financiando é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – R\$166 milhões. O povo do Pará desconhece o financiamento porque não se gastou nenhum centavo com propaganda. Esse é o maior volume de recursos destinado a área social aprovado na história do BNDES.

Cito esse caso porque ele atinge diretamente a área da saúde, uma demonstração da imensa atenção do Governo Federal, do Governo Lula, ao fazer esse grande investimento no Estado do Pará. Esse financiamento do BNDES, esse crescimento evidente, não está aqui relacionado.

Na educação, mais uma vez, temos um evidente crescimento do volume de recursos repassados para o Estado do Pará, tanto de repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, como também das aplicações diretas.

Em 2002, foram R\$450 milhões; em 2003, R\$458 milhões. Todos sabem que 2003 foi um ano difícil; mas, em 2004, foram destinados R\$562 milhões. Em 2005, R\$647 milhões. Parte desses recursos como, por exemplo, do FNDE, foi direto para o Governo do Estado – e não existe ainda o Fundeb, mas, mesmo assim, o Governo Federal tem aportado recursos para a Secretaria Estadual de Educação, para auxiliá-la no pagamento de professores contratados. Só para o Governo do Pará, foram mais R\$35 milhões, entre 2004 e 2005. Em 2005, foram repassados R\$233 milhões, entre o repasse para o Governo do Estado e o para os municípios, só do FNDE.

Há uma demonstração clara, óbvia de que mais recursos estão sendo investidos e repassados para o Estado do Pará, sejam eles de verbas obrigatórias, sejam de investimentos, de transferências consolidadas.

Posso falar aqui em muitos números, mas certamente será difícil para aqueles que nos ouvem gravá-los. Portanto, peço que anotem.

Com relação ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, esses números são muito mais significativos e comprovam a preocupação social. Em 2002, foram repassados para o Pará R\$32 milhões, entre transferências ao Governo do Estado, aos municípios, transferências diretas ao cidadão e também aplicações diretas. Em 2003, esse valor passou para R\$183,986 milhões, quase R\$184 milhões. Quer dizer, houve um crescimento de R\$182 milhões para R\$184 milhões. Em 2004, foram R\$278 milhões. E, em 2005, foram repassados R\$356 milhões de reais. Se compararmos esse valor com os R\$ 32 milhões repassados em 2002, constatamos a atenção do Governo à política pública. No gráfico, o crescimento dos investimentos na área de desenvolvimento social e de combate à fome é bem mais significativo.

Quero registrar que o valor das transferências do Programa Sentinel, por exemplo, aos municípios cresceu. Faço essa citação porque participei da CPI para apurar a exploração sexual de crianças e de adolescentes. O Programa Sentinel destina-se à

proteção social de crianças e adolescentes vítimas de violência, de abuso, de exploração sexual e também atende a famílias. Essas transferências, que em 2002 era de R\$132 mil, em 2005, passou para mais de R\$ 1 milhão. Isso mostra claramente o crescimento expressivo nessa área.

Poderia citar muitos dados, mas gostaria de ressaltar que os valores, tanto do Ministério da Justiça, quanto do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Previdência Social cresceram cerca de R\$1 bilhão, de 2002, por exemplo, para 2005.

Mas eu queria falar também do Ministério da Cultura. O quanto se diferenciou, o quanto se democratizou o acesso à cultura neste País. As nossas regiões, Senador Edison Lobão, eram regiões para as quais aprovar projeto na área da cultura era uma imensa dificuldade. Repassar recursos era uma imensa dificuldade. Quero lhe dizer que em 2002 foram repassados, entre ações integradas, audiovisual, cultura afro-brasileira, humanidades, música, patrimônio e outros R\$619 mil. Pois bem, no ano seguinte, passou para 1,114 milhão. Em 2004, para 3,500 milhões; em 2005, 5,156 milhões, um crescimento que demonstra não só atenção maior à cultura no Estado do Pará, mas que demonstra claramente também uma democratização do acesso a recursos federais da cultura para todas as regiões do País.

Não era possível que os governos continuassem sempre concentrando investimentos apenas num circuito – que reconhecemos que avançou muito na área cultural. Se não democratizarmos, como é que vamos inclusive ampliar esses valores, fazer que o Brasil todo e até o mundo conheça os valores culturais tão importantes que existem em todas as regiões brasileiras, uma demonstração muito significativa desse crescimento.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Senadora Ana Júlia...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Prometo ser breve. V. Ex^a vai me conceder mais uns dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Certamente o aparte do Senador Flexa Ribeiro, mas pediria a V. Ex.^a que encerrasse em seguida porque só temos mais meia hora e ainda temos cinco oradores que precisam falar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Ana Júlia, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a e aqui pensando a que governo e a qual país V. Ex.^a está se referindo. Eu pediria até que V. Ex^a me encaminhasse uma cópia desses gráficos tão bem elaborados e com números tão bem expres-

sados para que eu possa debruçar-me sobre eles e fazer uma análise. O Estado do Pará, além das transferências constitucionais a que V. Ex^a fez referência, enquanto o Presidente da República fez um anúncio, entre muitos que faz, alardeando o que tinha feito pelo Estado do Pará, colocou que havia transferido R\$ 5,5 bilhões para o Governo. Na realidade, isso é uma verdadeira maior insensatez, porque ele coloca como transferindo para o Governo algo que a Constituição o obriga a fazer; são recursos constitucionais. V. Ex^a falou no FPM e os telespectadores do Pará que nos vêem sabem. Eu pediria a V. Ex^a que me cite uma obra do Governo Federal no Estado do Pará nesses três anos e meio. Uma única obra! Aí, o Governo vai lá e diz: "Duplicação da hidrelétrica de Tucuruí". Não é possível que um Governo com a responsabilidade do Presidente da República diga que foi ele que fez a duplicação da hidrelétrica de Tucuruí, começada, e encerrada a parte física de construção civil, pelo Presidente Fernando Henrique. O atual Governo apenas está instalando as turbinas que foram adquiridas ainda no Governo passado. Cita outras obras inexistentes. Para não dizer que não há nenhuma obra do Governo Federal no nosso Estado, eu diria que há realmente aquela célebre passagem de nível no entroncamento, uma obra de algo em torno de R\$40 milhões que se arrasta há três anos e meio; e me parece que até abriram uma passagem e fecharam a outra. Estão esperando o Presidente Lula ir até lá para poder liberar, e isso está prejudicando o povo do Pará, porque as duas passagens estão prontas e só abrem uma. A outra tem um cavalete que acho está esperando que o Presidente vá até lá para dizer que inaugurou ou visitou, como sempre Sua Excelência faz, para encobrir a propaganda eleitoral, fora de época anteriormente e agora indevida. Mas eu gostaria que V. Ex^a me encaminhasse esses números para que pudéssemos realmente saber onde e como esses recursos foram encaminhados pelo Governo Federal para o Pará, não só para o Pará, porque aqui vários Senadores vieram à tribuna dizer que os orçamentos não são cumpridos. É zero vírgula não sei o quê, zero vírgula na saúde, zero vírgula na segurança – ainda agora, com todo problema nacional com que convivemos, mesmo assim não há liberação de recursos para esta área.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Flexa Ribeiro. Até lhe agradeço o aparte, porque me dá a oportunidade de esclarecer ao povo do Pará que apenas uma coisa que V. Ex^a falou aconteceu, uma falha. Não foram R\$5,5 bilhões transferidos para o Estado – eu estava presente, aliás, quando o Presidente Lula falou isso. Sua Excelência não disse que foram repassados recursos para investi-

timentos. Não. Sua Excelência falou em recursos repassados. Nisso estão incluídos os valores repassados constitucionalmente – fiz inclusive o registro aqui. Mas, realmente, não foram apenas R\$5,5 bilhões. Foram mais de R\$11 bilhões. Mais de R\$11 bilhões, no ano de 2005, repassados de recursos federais para o Estado do Pará. Entre eles, transferências obrigatórias – li aqui. Foram quase R\$4 bilhões de transferências obrigatórias constitucionais e repasses para diversas áreas.

Aproveito para mostrar, por exemplo, a diferença do Ministério das Cidades, que, em 2002, repassou R\$6 milhões; em 2005, já foram R\$34 milhões. Aliás, quero dizer que há uma importante liderança no Estado, o Prefeito da maior cidade do Pará, que diz que vai apoiar o Presidente Lula e vai apoiar o candidato do PSDB no Estado. Mas vai apoiar o Presidente Lula porque reconhece que o Governo Federal tem repassado recursos para o Estado do Pará, reconhece que é o Governo Federal quem mais repassa recursos para o Estado do Pará. Então isso é a maior prova. É uma pessoa que o povo do Pará conhece, ele disse publicamente, foi publicado na imprensa que o prefeito vai apoiar o Presidente Lula e vai apoiar, sim, o Governador do PSDB, com quem ele concorda, mas reconhece ele, que está apoiando o Presidente Lula, porque só para Belém já foram cerca de R\$50 milhões, só na administração do atual prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Eu já vou concluir, Sr. Presidente.

Vou lhe repassar, Senador Flexa, a cópia dos gráficos.

Por último, quero dizer que o Governo entrou, sim, com um recurso com relação à hidrelétrica de Belo Monte, tanto o Ibama quanto a Eletronorte, mas o problema não está no Governo em não querer fazer; pelo contrário, o problema está no fato de o Ministério Público Federal não ter permitido, com diversas ações e liminares que têm impedido, até que se façam os estudos para a hidrelétrica de Belo Monte que inclusive nós, Senadores, Deputados, o Congresso Nacional aprovou aqui um decreto para permitir os estudos para a hidrelétrica de Belo Monte. Pois bem, o Ministério Público Federal entrou com uma ação, ganhou uma liminar suspendendo; e o Governo recorreu, recorreu o Ibama e a Eletronorte. Um juiz federal de Altamira cassou essa liminar, permitindo os estudos. Esses estudos não vão passar por cima do direito dos índios. Jamais permitiríamos isso! Pelo contrário, tem que ter audiência pública – democrática – para que todos possam realmente decidir.

Passo com prazer a cópia a V. Ex^a para que inclusive as pessoas possam saber a verdade no nosso Estado.

Por último, mais de R\$60 milhões só para construir estradas, financiamento do BNDES também aprovado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

(Assentimento da oradora.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que o Senador Lobão não vai negar isso ao Piauí. Senadora Ana Júlia, vim feliz da vida pelo seu Estado e, triste, pelo meu. Quero parabenizar os paraenses por tanto dinheiro que o Presidente da República, do Partido de V. Ex^a, mandou ao Estado do Pará. Justo, merecido. E registrar minha profunda tristeza pelo Presidente Lula não ter feito o mesmo com o Piauí, Senador Arthur Virgílio. O Piauí, que é governado por um petista, ao Piauí que Sua Excelência prometeu tanta coisa. No Piauí, esse dinheiro não chega e o que chega não se vê. É tudo factóide. Dinheiro para o Piauí no atual Governo é como léguas de caboclo no interior: é bem ali. O dinheiro está bem ali, vai atrás. Até agora, Senadora, não chegou. Mas a gente tem que ficar feliz com a felicidade dos outros. Eu só queria perguntar a V. Ex^a: quatro milhões são de transferências constitucionais. E esses R\$7 bilhões foram para quê? Quais foram as obras? Quero associar-me a V. Ex^a para aplaudir. O que o Governo Federal fez lá no Pará?

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, faço questão de lhe repassar depois todos os dados, até porque o Senador Lobão já me pediu diversas vezes. Há dois líderes... Mas, deixa eu lhe dizer que aqui falei em Ministério das Cidades...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas deixa eu lhe explicar o que é, pois o Brasil todo está curioso.

A S^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Posso falar ou não?

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a ouviu dois telefonemas aqui. São pessoas querendo saber, uma até do Pará, onde está esse dinheiro. V. Ex^a não vai deixar...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É porque as pessoas acham, Senador, que obras são apenas construção física, mas esse repasse de recursos é para todas as áreas: educação, saúde, área social, Ministério das Cidades...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas aí é movimento de recursos constitucionais.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, Senador, não é só movimento de recursos constitucionais. Aqui existem inclusive transferências voluntárias. Eu disse que eram do Ministério da Fazenda, do Fundo de Participação, do Fundo de Participação

dos Municípios. Mas eu quero dizer que mesmo... Dei até um exemplo claro aqui...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas, Senadora, transferência de Fundo de Participação não vale.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Se V. Ex^a permitir que eu fale, Senador, eu falarei, porque estamos numa Casa democrática. Eu gostaria de lhe dar todo o aparte, mas o Senador Lobão já me chamou a atenção, até por que nós temos dois Líderes partidários, aos quais quero até agradecer, porque eles teriam precedência, o Senador José Agripino, que permitiu que eu falasse antes, já que cedi para dois Senadores, o Senador Alvaro Dias e o Senador Valdir Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Senadora, eu agradeço a V. Ex^a e peço que conclua o seu pronunciamento.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas dizer que não temos nenhuma dúvida. Não é à toa que o prefeito de Belém está dizendo que vai apoiar o Presidente Lula. Vai apoiar o governador do PSDB, porque ele acha que é a melhor proposta. Isso é democracia, é um direito que, graças a Deus, defendi na minha vida, até apanhei por conta disso da polícia, lutando contra a ditadura militar. Mas...

(Interrupção do som.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Só 30 segundos, Sr. Presidente.

Mas o Prefeito de Belém colocou como principal motivo do seu apoio ao Presidente Lula o repasse de recursos federais para o Pará, especialmente para Belém.

Apenas com o Programa Habitacional de Interesse Social que aprovamos aqui, primeiro projeto de iniciativa popular depois da Constituição de 1988, Belém teve R\$33 milhões aprovados agora e mais de R\$10 milhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Por isso, sim, vamos defender essa proposta. Não tenho dúvida de que as obras estão espalhadas no Estado, principalmente obras de investimento no ser humano, para fazer com que o ser humano tenha melhor qualidade de vida. Essa é a principal obra. Distribuindo, podemos crescer.

Obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 844, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Seleção Amazonense de Judô pela brilhante participação no Campeonato Brasileiro da categoria, realizado no mês de julho de 2006, ali conquistando seis medalhas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Seleção Amazonense de Judô, pela conquista de seis medalhas no Campeonato Brasileiro da categoria, realizado no mês de julho de 2006.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da equipe amazonense e, especialmente, aos atletas que conquistaram as medalhas: Tábata Moreno, Angélica Angely e Carolina Dourado, no feminino, e Ramon Silva, Tasso Alves e Daniel Santos, no masculino.

Justificação

Os judocas amazonenses brilharam no Campeonato Brasileiro Júnior de Judô, realizado no mês de julho de 2006. Participaram da competição e regressaram ao Amazonas com seis medalhas. É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 845, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do jornalista Humberto Silva, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto De Pesar, pelo falecimento do jornalista Humberto Silva, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima, ocorrido em Boa Vista, no dia 15 de julho de 2006.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do jornalista e ao Sindicato dos Jornalistas de Roraima.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Humberto Silva ao jornalismo na minha Região. Ele dirigiu diversos jornais daquele Estado e ultimamente era assessor de comunicação social da Secretaria de Educação local.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 846, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, seja aprovado Voto de Pesar pelo falecimento do ator Raul Cortez ocorrido ontem, dia 18 deste mês de julho de 2006, aos 73 anos, e que o voto de pesar seja levado ao conhecimento da família e da diretoria da Rede Globo de Televisão.

Justificação

Raul Cortez, um dos maiores atores do Brasil, morreu em São Paulo, vítima de câncer no aparelho digestivo. O ator encontrava-se internado no Hospital Sírio-Libanês desde o dia 30 de junho último para tratamento da doença, descoberta em 2004.

Autor consagrado, conhecido nacionalmente pela retidão de homem público e pelos destacados personagens vividos nas novelas e no teatro, sua morte, ocorrida próxima de completar cinqüenta anos de carreira de muito sucesso, deixa enlutada a população brasileira.

Sala das Sessões, 19 de julho de 2006. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, abro mão da inscrição como Líder e encaminho à Mesa curto pronunciamento e, anexada a ele, matéria do jornalista Sérgio Gobetti, do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 17 deste mês, que relata que o Tribunal de Contas da União está no encalço do Governo em relação à denúncia feita por mim, nesta Casa, antes de começarmos este período de recesso branco.

Os dados do Siafi indicam que, apesar de o atual Governo contabilizar R\$34,6 bilhões de investimentos da União entre 2003 e 2005, somente R\$26,9 bilhões foram realmente executados e pagos.

Mais um exemplo: dos R\$17,3 bilhões que o Governo diz que investiu no ano passado, R\$10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram e, por isso, foram evidentemente inscritos como restos a pagar não processados.

Por isso, o Senador Tasso Jereissati e eu pedimos a convocação à Comissão de Assuntos Econômicos do Ministro Guido Mantega. Por isso o Tribunal de Contas da União está no encalço do Governo. Investimento é feito para melhorar a vida das pessoas. Se se maquia um número, o máximo que se consegue é dar a idéia para incautos de que o Governo está investindo, quan-

do temos os menores índices de investimento neste País, desde o Governo Collor.

Portanto, peço que a Mesa acolha este pronunciamento, dizendo que voltaremos à carga e que queremos ouvir o Ministro, porque é descabido que, numa democracia – o ato de maquiar números é próprio de ditadura –, alguém pretenda engodar a opinião pública, mexendo em números e fazendo mágicas estatísticas para favorecer o Governo. Há uma imprensa livre e atuante e há um Congresso Nacional aberto, com Oposição vigilante. Nós temos, Sr. Presidente, de contar conta do Governo, porque já vimos que ele é chegado a maquiar dados.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, o Tribunal de Contas da União anunciou que cobrará explicações do Governo federal quanto aos critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional para contabilizar os investimentos da União.

Em relatório preliminar, essa Corte de Contas apontou falhas e incoerências nos dados sobre investimentos do Governo, que insiste em inflar seus números para anunciar investimentos que, na verdade, não foram efetivamente realizados.

Os dados do Siafi indicam que, apesar de o atual Governo contabilizar R\$34,6 bilhões de investimentos da União entre 2003 e 2005, somente R\$26,9 bilhões foram realmente executados e pagos.

Mais um exemplo: dos R\$17,3 bilhões de investimentos contabilizados como liquidados em 2005, R\$10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram.

varam e, por isso, evidentemente foram inscritos como restos a pagar não processados.

Se, por um lado, o TCU já sinalizou que deverá convocar o Ministro da Fazenda para explicar o porquê de o Governo estar inflando tão dolosamente esses números, por outro apresentei, com o Senador Tasso Jereissati, no último dia 5 de julho, requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando que o Ministro Guido Mantega seja convocado para prestar, em Audiência Pública, os esclarecimentos sobre o fato.

Investimentos devem significar desenvolvimento, crescimento econômico, geração de empregos, melhor qualidade de vida para os brasileiros. Resta evidente, então, que se os números relativos aos investimentos são manipulados, como se vivêssemos sob uma ditadura – e não protegidos pela Democracia – supostamente quem ganha é o Governo manipulador.

O povo somente sai lucrando quando a taxa de investimentos cresce de verdade. E sai perdendo toda vez que tais números perdem volume, diminuem, ficam rarefeitos.

Como a taxa de investimentos públicos no Governo Lula é a mais baixa desde o período Collor, vejo, na manobra do Ministério da Fazenda, lamentável tentativa de mascarar um fracasso, mesmo sabendo que o povo recebeu poucos benefícios e que maquiagem estatística não leva a porto seguro nenhum, o castigo veio a cavalo. A manobra foi desmontada. E o TCU está no encalço do Governo federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU questiona dados federais

Investimento pode ter sido inflado para uso eleitoral

Sérgio Gobetti
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai cobrar explicações do governo federal sobre os critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para contabilizar os investimentos da União. O relatório preliminar do TCU sobre as contas de 2005 aponta falhas e incoerências nos balanços orçamentários e financeiros do governo e, no caso de "investimentos inflados", poderá resultar numa auditoria especial, dependendo dos esclarecimentos do Ministério da Fazenda.

Entre 2000 e 2005, de acordo com levantamento realizado pelo *Estado*, 52% dos investimentos classificados pelo governo como "liquidados" ao final do ano não haviam sido efetivamente realizados até aquele momento, o que contraria a legislação. Na prática, parte dos investimentos foi realizada nos anos posteriores, outros cancelados

e há os que estão à espera de realização ou pagamento.

Pela natureza desse ciclo orçamentário, a legislação estabelece conceitos diferentes para cada uma das fases da despesa: o empenho é a autorização inicial para que se contrate um serviço, a liquidação refere-se à verificação de que o serviço foi realizado e o pagamento é o último passo. Na contabilidade do Tesouro, entretanto, não há diferença entre valores empenhados e liquidados.

Dos R\$17,3 bilhões de investimentos contabilizados como liquidados em 2005, R\$10,7 bilhões referem-se a serviços que não se efetivaram e, por isso, foram inscritos como "restos a pagar não processados".

Após usar o número cheio para tentar provar que os investimentos realizados no governo Lula em 2005 superaram a melhor marca da gestão anterior, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que havia distorções nas estatísticas, mas ne-

gou a ilegalidade dos procedimentos. Disse que as distorções são um reflexo de uma lei de 1964 que trata das normas orçamentárias e que não pode fazer nada enquanto a lei não mudar.

Ostécnicos do TCU consultados pelo *Estado* discordam. Eles não querem fazer um julgamento sem antes ouvir o Ministério da Fazenda, mas são categóricos: a lei não permite que o governo liquide uma despesa referente a um serviço que não tenha sido executado. O artigo 63 da lei 4.320, citada por Mantega, é claro ao dizer que "a liquidação da despesa terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço".

É justamente por isso que o TCU deverá convocar o Ministério da Fazenda para explicar por que vem promovendo a chamada "liquidação forçada". O procedimento polêmico já é adotado pelo Tesouro desde 1995, mas nunca havia chamado tanto a atenção quanto agora. ■

Durante o discurso do Sr. , o Sr. Edson Lobão deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas dizer à Senadora Ana Júlia Carepa que eu sou uma pessoa que não tem compromisso com o erro. Quando eu erro, eu reconheço.

O Presidente Lula pode ter alguns defeitos, mas é um homem de visão aguçada. Há dois anos, a Senadora Ana Júlia Carepa, do Partido do Presidente da República, disputou a Prefeitura de Belém, Capital do Estado do Pará, com o atual Prefeito Duciomar Costa. O Governo dela, ao invés de apoiar a Senadora, apoiou Duciomar Costa. Eu achei aquilo estranho, eu achava que era uma injustiça que se cometiam contra a Senadora, já que a Casa Civil e toda a estrutura do Governo apoiava o atual Prefeito. Mas eles estavam certos, já sabiam que iam ter o apoio, agora, do atual Prefeito para o Presidente Lula. Ela que procurasse o rumo dela, a turma dela. Eu fico muito feliz por ela hoje reconhecer, elogiar o Prefeito e fazer o registro do apoio dele ao Lula. Acho que ela foi uma grande injustiçada pelo Partido. Mas é isso mesmo. A Senadora é daquelas que não mudou ainda, continua coerente como era antes. Acha que o Partido está acima de tudo, não se deixou levar por todo esse volume de escândalo, nem se juntou aos escandalosos. Ela continua a mesma, soldada do Partido, tanto é assim que, humildemente, é novamente candidata ao Governo do Estado para dar palanque ao Lula, muito embora o Presidente agora mostre, de público, o que fez com ela há dois anos. Viva o Duciomar, que sabe acender uma vela a Deus e outra ao diabo! Espero que os dois contentem os seus desejos e ambições.

Esse registro eu faço até para mostrar que o Sr. Lula enxerga longe, pelo menos para alguma coisa. E, nesse caso, ele não pode dizer que não sabia nem que não viu, Senadora Ana Júlia, porque há dois anos ele já apoiou, sabendo que teria troco agora.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Peço permissão a V. Ex^a, Senador José Agripino, que aguarda há bastante tempo o direito à tribuna como Líder. V. Ex^a tem toda razão, e a Mesa pede desculpas a V. Ex^a. Vou fazer uma intercalação, concedendo a palavra ao Senador Edison Lobão, para uma comuni-

cação inadiável. Em seguida, concederei a palavra ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu teria direito a cinco minutos, mas peço apenas dois, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a não foi ofendida.

A SR^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu fui citada, o artigo não fala em ofensa. Senador, se nós discutirmos aqui será pior. São apenas dois minutos. Quero apenas dizer que me sinto absolutamente tranquila em relação ao apoio que recebi na campanha de 2004. O povo, democraticamente, fez a sua escolha. Então, não há nenhum tipo de problema. Eu sei para quem o Presidente Lula gravou em 2004, quem ele apoiou em 2004, com quem ele apareceu na televisão. O povo do Pará sabe disso. Mas sou daquelas que aceita a democracia e as derrotas eleitorais, porque acho que elas fazem parte da democracia.

Quero dizer com muito orgulho, Senador, que aceitei de novo o desafio para ser candidata. Mas não é o momento de falar, porque não estamos em campanha eleitoral aqui, neste momento. Portanto, não vou falar do meu programa, nem por que sou candidata ao Governo do Estado do Pará, mas o faço com muito orgulho, com muita honra. E vou, sim, não só defender este Governo. Não tenho dúvida de que isso mostra bem o que falei ainda há pouco. O volume de recursos que tem sido repassado para o Estado do Pará, que tem ido para cada programa, para cada município, como luz, saneamento, educação, Bolsa Família, faz-me acreditar que é possível – o povo do Pará também merece – que esse tipo de política que inverteu prioridades, que atendeu, especialmente, àqueles que mais precisam também possa acontecer por meio do Governo do Estado do Pará.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço à nobre Senadora Ana Júlia.

O Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, ainda há pouco respondeu ao povo do Pará que um Governo que diz que investiu trinta bilhões, na realidade, investiu dezessete. O povo do Pará fará uma conta aritmética, que V. Ex^a colocou como se aplicando dos dezessete, sete. Onze menos quatro, que são repasses constitucionais, sobram 7 bilhões dos 17 bilhões aplicados no Brasil. Então, o Pará, como disse o Senador Heráclito Fortes, é realmente um Estado privilegiado.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. Senadores e Srs. Senadores, a rigor temos que fazer uma conta de diminuição a res-

peito dos números, até generosos, anunciados para o Estado do Pará. Não posso deixar de me regozijar com a Senadora Ana Júlia pelo otimismo de S. Ex^a ou pelo realismo de suas informações. O seu Estado, o nosso vizinho Pará, que é tão amado também pelos maranhenses, tem recebido recursos que, se não são na projeção aqui anunciada pela Senadora, são seguramente substanciais. Contudo, tenho que lastimar a situação do Maranhão, que, nesta hipótese, está associado às queixas do Senador Heráclito Fortes, do Piauí. Nós não temos recebido esses recursos. E venho à tribuna hoje exatamente para lastimar o estado de abandono em que nos encontramos. O Maranhão não tem recebido empréstimos externos, não tem recebido ajuda interna e não tem sido sequer olhado quanto aos investimentos substanciais que o Governo Federal faz em alguns Estados quanto a siderúrgicas, refinarias e outros programas desta magnitude.

Anunciou-se para o Maranhão uma siderúrgica, e nós ficamos em estado de alegria, de regozijo. Todavia, a siderúrgica não apareceu. Aqueles recursos substanciais, dos quais tanto necessitávamos, lá não chegaram. Infelizmente, não chegaram.

A instalação da siderúrgica foi cancelada. As esperanças do povo feneceram com esse cancelamento.

Sei da luta do Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, que é nosso conterrâneo. Sei que tudo fez para que essa siderúrgica ali aportasse. Todavia, nem Sua Excelência conseguiu isso para nós.

Sr. Presidente, falou-se muito também sobre uma refinaria de petróleo. Disseram que iria para o Estado do Maranhão, mas, depois, como num passe de mágica, passou ao largo do Estado e foi se implantar em outra Unidade da Federação brasileira. Não tenho queixas com relação a isso. O Estado que a recebeu mereceu, mas o Maranhão também merecia a instalação dessa refinaria.

Não sei mais o que fazer. Tantas vezes tenho vindo a esta tribuna com um cântico de lamento por aquilo que nos oferecem, que nos garantem. Despertam em nós expectativas e esperanças que morrem na esquina seguinte, porque nada chega ao Estado do Maranhão, nem mesmo empréstimos externos que terão de ser resgatados a duras penas pelo Estado. Hoje gastamos quase 20% de todas as nossas receitas com amortização de empréstimos externos. Não nos concedem novos empréstimos, a refinaria não chega lá, a siderúrgica também não.

Sr. Presidente, estou lutando pessoalmente, quase isoladamente, quase como um escoteiro pela implantação da zona franca de São Luís.

Levantam-se vozes poderosas deste Senado da República contra o pleito legítimo do Estado do Mara-

nhão. Não querem que também o Maranhão possua sua zona franca, ela, que foi capaz de retirar o Estado do Amazonas do abandono e da pobreza, colocando-o num estado de quase riqueza. Não se quer que o Maranhão possua o mesmo benefício. E quem mais grita, quem mais protesta, quem mais fala contra nossa zona franca é exatamente a representação do Estado do Amazonas, que tanto se beneficiou – merecidamente – da sua zona franca, a Zona Franca de Manaus.

Não consigo entender essa oposição tão ferrenha, tão brava, tão competente dos representantes amazonenses ao interesse legítimo também do meu Estado do Maranhão. Não posso entender que, tendo os amazonenses recebido por tantos e tantos anos, mais de duas décadas, o benefício tão amplo – merecido, sim, porque graças a ele o Amazonas saiu do estado de pobreza em que se encontrava e hoje se situa entre os Estados mais ricos da Federação brasileira –, não queiram que o Maranhão, que hoje é anunciado como aquele que detém o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, não queiram que o Maranhão, por igual, beneficie-se dessa ampla fronteira para que possamos chegar à situação a que chegou o Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, temos agora a possibilidade da exploração de petróleo em Barreirinhas, que teve uma área explorada há muitos e muitos anos pela Petrobrás. Encontraram indícios de petróleo. Lacraram o poço e, agora, diante da dificuldade imensa que o mundo começa a viver com o fornecimento de petróleo, a Petrobrás acha que chegou a hora de se explorar o petróleo de Barreirinhas.

Hosana nas alturas! Espero que isso aconteça; que afinal nos deixem ter um único, pelo menos, benefício, que seria o da exploração de petróleo e gás também em Barreirinhas. Hoje os Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, da Bahia, de Sergipe vivem em uma situação confortável, sobretudo o Rio de Janeiro, graças aos *royalties* do petróleo que ali em seu território é explorado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Edison Lobão, eu queria me associar ao pronunciamento de V. Ex^a, principalmente em relação às suas hosanas à Barreirinhas. V. Ex^a é testemunha dos maus momentos que eu passei naquela cidade, na eleição passada para Prefeito, quando fui vítima de uma truculência e recebi de V. Ex^a todo apoio. Naquele momento, o PT começava a mostrar a verdadeira face. Mas deixa para lá. Vamos falar do futuro, pois o povo de Barreirinhas não merece que assuntos dessa natureza sejam revividos. O importante é parabenizá-lo, porque V. Ex^a foi exatamente ao ponto que eu queria abordar. A partir do momento em que se instale a exploração

de petróleo, a cidade passa a viver um outro mundo, uma outra realidade, a renda **per capita** quadriplica. V. Ex^a disse uma coisa fantástica: os municípios, hoje, com a maior renda **per capita**, de 60 a 70 municípios, têm base de produção, de exploração ou de comercialização de petróleo. No interior da Bahia, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte, em Sergipe, enfim todos esses Estados que V. Ex^a citou, vivem num mar de rosas no momento em que todo o Brasil passa por grande dificuldade. Para Paulínea, no Estado de São Paulo, município campeão nacional de produção, a situação que está prestes a acontecer em Barreirinhas faz a diferença. De forma que eu quero me congratular com V. Ex^a porque eu sei o quanto tem dado atenção, nos seus mandatos, não só a Barreirinhas mas a todos aqueles municípios do litoral maranhense. O turismo, que ali desponta e cresce com mais vigor que no restante do Nordeste, terá também impulso com esse advento. V. Ex^a tem se destacado como maranhense de luta ao longo dos mandatos exercidos nesta Casa e como Governador do Maranhão. Vai também para V. Ex^a os méritos, os parabéns de todo o Brasil por essa extraordinária notícia, que era inevitável, era só uma questão de decisão que seria tomada em mais dias ou menos dias. Mas sabemos da existência do petróleo, sabemos que essa exploração é apenas uma questão de vontade. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Nobre Senador Heráclito Fortes, agradeço a solidariedade de V. Ex^a que não é episódica, mas permanente.

Nós estamos aqui associados – V. Ex^a e eu – a todos os interesses desses dois Estados. Permanentemente, tem sido assim.

No caso de Barreirinhas, nós temos hoje um turismo florescente. Os aviões que saem de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Brasília, na direção do Maranhão e ali chegam, de modo geral, conduzem turistas que, em outra hipótese, estariam indo para o exterior provavelmente. Estamos, portanto, já contribuindo com a presença das divisas externas e impedindo a evasão delas, para outros países, de brasileiros que vão encontrar em Barreirinhas a sua alegria, o seu conforto e o seu lazer.

Mas esperamos que o Governo Federal comprehenda a nossa posição e nos ajude com a exploração do gás e do petróleo no Maranhão, em Barreirinhas, gerando novos recursos para a União Federal – para o Maranhão, sim, também, em menor escala, mas sobretudo para o Governo Federal. Que, de algum modo, o Governo nos ajude com isso e com outras iniciativas. Não temos recebido do Governo Federal, neste Governo e em Governos anteriores, a mão amiga para que nos ajude com o desenvolvimento.

Nunca se dirá que o maranhense não é competente para produzir o seu desenvolvimento. Ele é sim. E se eu tivesse que dar uma demonstração, eu traria aqui o testemunho do Presidente Internacional da Alcoa, uma das maiores produtoras de alumínio do mundo. Certa vez, eu o recebi no Palácio do Governo, no Maranhão, quando Governador eu era, e ele me disse que estava levando operários maranhenses para os Estados Unidos, para mostrar, para ensinar aos americanos como se produz alumínio em qualidade e em competência na execução das suas tarefas.

Portanto, os maranhenses são capazes, extremamente, capazes. Nós precisamos é do estímulo, da ajuda do Governo Federal que não tem chegado ao Maranhão.

As nossas rodovias, Sr. Presidente, se encontram em estado lastimável, porque, por mais que reclamemos aqui, o Governo Federal ainda não conseguiu, não pôde ou não quis, restaurá-las na sua ampla dimensão. Temos rodovias federais muitas que estão imprestáveis, intransitáveis, e que, todavia, o Governo não as restaura.

São essas as queixas, Sr. Presidente, que quero trazer aqui da tribuna do Senado Federal, como um grito do povo maranhense ao Governo Federal, pedindo a todos os Ministros e ao Presidente da República que nos ajudem a resolver e a vencer esses problemas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Edison Lobão, do PFL do Maranhão.

Concedo a palavra, como inscrito, ao nobre Líder do PFL do Rio grande do Norte, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, inicialmente, queria associar-me às manifestações de pesar pelo desaparecimento de um grande ator, Raul Cortez, a quem conheci pessoalmente, com quem estive no meu Estado por algumas vezes, e com quem tive o prazer e a honra de conviver no plano pessoal.

O País perde um ator da melhor qualidade, um homem que em muito contribuiu para a divulgação da cultura no País, para o entretenimento, um cidadão que foi amado por multidões e que nos deixa prematuramente. A ele e a sua família a minha manifestação sentida de pesar.

Da mesma forma, assinei um requerimento de pesar por nosso colega João, sempre João, Senador do Estado do Pará, que se foi e que deixa saudade até pelo fato de ter sido, ultimamente, uma presença constante. Ele e o filho vinham ao plenário do Sena-

do, andar já cansado, compareciam ao cafezinho do Senado, conversavam com os colegas, recuperavam a memória de fatos que aconteceram há algum tempo e nos davam o prazer de sua companhia.

A ele igualmente a nossa manifestação de pesar, de saudade e de reconhecimento por uma vida pública profícua em favor dos interesses de sua região e do seu Estado do Pará.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz hoje à tribuna é comentar o atual estágio em que se encontra a campanha presidencial. Eu tenho, ultimamente, feito caminhadas no meu Estado, acompanhando o candidato a governador que eu apóio, Garibaldi Alves, que tem no Deputado Ney Lopes, do meu Partido, o seu vice, e na ex-prefeita Rosalba sua companheira de chapa ao Senado. Tenho feito caminhadas pelas ruas da capital do meu Estado e brevemente irei acompanhá-lo nas andanças pelo interior.

Há um sentimento que eu sinto mudado. As pessoas da capital começam a me perguntar se Geraldo Alckmin vai ganhar a eleição, coisa que não acontecia um mês e meio atrás. Há um mês que vimos realizando reuniões do conselho político da campanha de Geraldo Alckmin, conselho político composto pelos Líderes da Câmara e do Senado do PFL, do PSD e do PPS agora; pelos Presidentes de Partido; Líderes na Câmara e Senado e no Congresso; e os candidatos a Presidente e Vice-Presidente.

Devo confessar, Presidente Lobão, que um mês atrás as reuniões eram reuniões com um astral que eu não diria muito alto. Enfrentávamos dificuldades, ajustes de entendimento no plano estadual do PFL com o PSDB, com o PPS, com partidos coligados e a campanha andava com dificuldade. As reuniões traduziam isso e a rua traduzia isso. As pessoas não perguntavam se Geraldo Alckmin ia ganhar a eleição.

Eu mesmo tive a oportunidade de recebê-lo ainda pré-candidato antes da convenção na minha capital e andar com ele na rua. Ele era muito bem recebido, mas as pessoas eram incrédulas com relação a sua perspectiva de vitória. Hoje não mais. A percepção popular é a de que Geraldo Alckmin pode ganhar a eleição, sim; que vai haver segundo turno, sim; e, que, em havendo segundo turno, o voto antilula é maior que o voto pró-Lula; e que Geraldo Alckmin, que é o intérprete que dentro da Oposição encabeça os candidatos com o maior percentual de votos, é um candidato que merece a preferência popular e tem chance de ganhar a eleição.

Eu quero fazer uma avaliação da convicção que comigo sempre existiu e que é crescente e que estou testemunhando pelas perguntas que ouço na rua e pela reunião de hoje, que foi uma reunião diferente das an-

teriores. Foi uma reunião de alto astral. Foi uma reunião marcada por presença maciça de populares na porta do local do encontro e por um sentimento de perspectiva de vitória real dominante em toda reunião.

Por que é que acredito na vitória? Presidente Lobão, nós estamos enfrentando, ou o candidato Alckmin enfrenta, um candidato que é Presidente da República há três anos, candidato à reeleição no exercício do cargo e que acabou de fazer uma campanha de três meses, campanha precedida de uma imensa campanha publicitária. Basta ver que foram gastos 2,6 bilhões de reais em publicidade do Governo. Dois ponto seis bilhões de reais podem comprar perto de trinta milhões de Bolsas-Família. Custeiam trinta milhões de Bolsas-Família para trinta milhões de famílias no Brasil.

Gastou ele, Sua Excelência o Presidente Lula, em publicidade, precedendo a campanha que fez de publicidade em rádio, televisões e jornais, as andanças que fazia a bordo do Aerolula para inaugurar tapa-buraco, para inaugurar pedra fundamental, para inaugurar obra estadual, obra municipal e para prometer obra para 2007/2008. Nunca tinha visto isso. Quantas vezes falei daqui: nunca tinha visto um candidato que não tem muito o que fazer nos lugares inaugurar uma pedra fundamental e anunciar o benefício para 2008 como se ele fosse o Presidente eleito.

Muito bem. A cartada, ele já a jogou, na minha opinião. Ele já fez a campanha. A campanha da qual ele pode tirar dividendos eleitorais ele já fez no exercício do cargo, usando o Aerolula e a estrutura da Presidência, e mais o dinheiro público para fazer a campanha publicitária milionária que encerrou no dia 30 de junho.

Haverá V. Ex^a de me dizer: não, ele vai ter a oportunidade que os outros candidatos vão ter, a partir de 15 de agosto, de mostrar a sua proposta. É verdade. Só há um detalhe, que acho que a população já percebeu – e comproendo, tenho o direito de emitir minha opinião: o Presidente que prometeu dobrar o salário mínimo e não o fez deveria ser hoje majoritário, se ele tivesse cumprido a promessa, se tivesse feito o Brasil crescer igual, por exemplo, à Argentina, ao Uruguai, à Venezuela, ao Peru, se tivesse feito o Brasil crescer não igual à China e nem à Índia, nem à Rússia – não, não, não, porque sou modesto –, que crescesse igual à Argentina, ou ao Uruguai, o salário mínimo poderia ser aquilo que ele prometeu: não os R\$350, que ele deu e de que se vangloria, poderia ser R\$580, para cumprir sua promessa. Prometeu e não o fez. Podia tê-lo feito, porque nossos vizinhos cresceram aproveitando a bonança do mundo.

Ele prometeu 10 milhões de empregos. Exibe uma cifra muito modesta que é muito mais de legalização de

contratos que já existiam com a assinatura da carteira profissional do que a efetiva geração de empregos. Mas o que é fato é que prometeu 10 milhões de empregos e não gerou nem um terço disso. Para a região de V. Ex^a e minha, ele prometeu a Transnordestina. Onde está? Está no papel. Prometeu a transposição do São Francisco. Onde está? Está no papel.

V. Ex^a, que já foi Governador, assim como fui Governador, sabe que o maior capital de um político é a palavra empenhada e cumprida. Quando você promete e faz, o povo aplaude e vota em você novamente. Quando você promete e não cumpre, se prepare para receber o troco da opinião pública e do voto popular.

A campanha que Lula podia fazer, na minha opinião, ele já fez. Ele vai fazer uma campanha de promessas de 15 de agosto para frente, no rádio e na televisão, só que promessas carimbadas com o carimbo da incredibilidade. Porque o que ele prometeu não fez, e o que ele fez foi muito pouco comparado com o que resto do mundo pôde fazer.

O que quero, Presidente Lobão, é dizer a V. Ex^a que a campanha que vai ser feita de 15 de agosto para frente vai dar oportunidade a Lula, vai dar oportunidade a Geraldo Alckmin, a Heloísa Helena, a Cristovam Buarque, aos candidatos todos. Lula vai prometer o que não fez, vai tomar compromissos em cima de uma palavra empenhada e não cumprida. A população estará já preparada e vacinada. Lula tem contra si a ineficiência de um governo na preparação de uma infra-estrutura na atração de investimentos; tem contra si um padrão ético defeituoso carimbado pelo mensalão, por todos aqueles que está chamando de volta para a sua companhia, até os Deputados do mensalão ele está recebendo no Palácio do Planalto, no Palácio da Alvorada para lhes dar a oportunidade e legenda, porque Lula não é Lula; Lula é do PT; Lula é indissociável do PT. Ele vai fugir do PT como o diabo da cruz, mas não adianta, o povo do Brasil vai fazer a campanha, vai participar da campanha e vai ver que Geraldo Alckmin é o candidato do PSDB e do PFL; Heloísa Helena é a candidata do P-SOL; Cristovam Buarque é o candidato do PDT; Lula é o candidato do PT, é o candidato do José Dirceu, é o candidato de Silvinho, de Delúbio Soares, é o candidato dos mensaleiros, que foram ou não cassados. Queira ou não queira, Lula é do PT que inventou isso tudo que está aí, de Paulo Okamotto a Silvinho Land Rover. E foi o Lula quem prometeu o salário mínimo de R\$580 e deu R\$350. E vetou o aumento que nós votamos e aprovamos para os aposentados.

Quem vai ser julgado é esse Lula. Ele vai querer se apresentar como Lulinha paz e amor, só que o Lulinha paz e amor já é conhecido. Ele não é mais nenhuma novidade. E quem sabe as pessoas não vão querer a oportunidade de experimentar um candidato ou uma candidata, por exemplo.

Geraldo Alckmin, por exemplo, vai exibir aquilo que pôde fazer como Governador de São Paulo. Ele vai

exibir os trunfos que possa ter no campo da educação, da saúde, da retomada do crescimento, da redução da carga tributária, para facilitar a realização de investimentos e crescimento de negócios para geração de empregos. Ele vai criticar Lula com relação à questão da Bolívia, que entram interesses brasileiros, empregador, interesse da Bolívia pela vertente da ideologia ficou com os bolivianos. Tudo isso será dito.

Geraldo Alckmin vai fazer a sua campanha apresentando os seus feitos e suas propostas de um Brasil novo. Quem tem condições de fazer campanha com credibilidade não é mais Lula. Lula já fez a campanha três meses com o Aerolula de norte a sul, leste a oeste, inaugurando tapa-buracos, lançando pedra fundamental, inaugurando obra municipal como se fosse dele, fazendo campanha. Daqui para frente, ele vai fazer uma campanha comprometida pela incredibilidade e vai ter competidores que vão, com as suas propostas e com a sua vida pregressa, sem mensalão, sem Delúbio, sem Silvinho, apresentar-se ao eleitorado.

Por essa razão, Presidente Lobão, é que acho que as pessoas que me perguntam hoje na rua se Alckmin vai ganhar a eleição estão começando a perceber o momento novo que começamos a viver, a perspectiva de uma oportunidade que o povo vai ter para se livrar de uma vez por todas de uma coisa que nos incomoda, a nós, homens públicos, que fazemos a vida pública com decência, que é o nivelamento por baixo. É uma coisa que me incomoda, embora nunca tenha sido agredido em canto nenhum deste país por nenhuma pergunta que me tenha criado qualquer tipo de constrangimento, mas sei que a classe política, o Congresso, está nivelado por baixo, tudo produto da impunidade levada a efeito pelo Governo do PT, à frente o Presidente Lula. A mim, incomoda-me muito, e ao brasileiro comum incomoda muito esse estado de calamidade ética que estamos vivendo. Calamidade ética travestida de ineficiência e de incompetência administrativa que está nos levando a perder na corrida, na competição com os nossos assemelhados. O Brasil faz parte de um grupo chamado BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China. Rússia, Índia e China estão desparados; o Brasil ficou para trás. Está na hora de recuperar o tempo perdido. E a reunião que fizemos hoje, venturosa e para cima, mostra a perspectiva real de a Oposição ganhar a eleição, de que haverá segundo turno, de que o voto antilula é maior que o voto pró-Lula e de que o povo do Brasil quer mudar e sabe qual é o real caminho da mudança.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PT ignora mensalão e mistura de novo partido e campanha”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, de 2 de julho do corrente.

A matéria destaca que “O PT voltou atrás no compromisso de separar as finanças do partido e o caixa da campanha presidencial, primeiro passo para evitar a repetição de escândalos como o valerioduto”.

Ainda segundo a matéria, “O acúmulo de funções contraria meses de discurso petista, pelo qual uma das origens da crise do ano passado foi a concentração

das finanças do partido e das contas de campanha nas mãos de Delúbio Soares”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PT ignora mensalão e mistura de novo partido e campanha

Função de tesoureiro de Lula, José de Filippi Jr., será buscar verbas; supervisão de gastos fica por conta de Paulo Ferreira

Berzoini diz que decisão é a de não misturar os caixas, mas acúmulo de funções sob Ferreira pode gerar uma nova 'supergestão' Delúbio

FÁBIO ZANINI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O PT voltou atrás no compromisso de separar as finanças do partido e o caixa da campanha presidencial, primeiro passo para evitar a repetição de escândalos como o valerioduto.

A divisão ocorreu só pelo lado da receita, com a nomeação de um tesoureiro exclusivo para arrecadar dinheiro para a campanha de Lula, o prefeito de Diadema (SP), José de Filippi Júnior. Mas a supervisão de todas as despesas da campanha de Lula, além da arrecadação e dos gastos correntes para a administração do partido, ficarão concentradas no atual tesoureiro petista, Paulo Ferreira.

Na campanha de Lula, ele será “coordenador de infra-estrutura”. Vai supervisionar contratos, cuidar da distribuição de material e dos deslocamentos de pessoal. Terá dois cofres: um do partido, outro da campanha.

O acúmulo de funções contraria meses de discurso petista, pelo qual uma das origens da

crise do ano passado foi a concentração das finanças do partido e das contas de campanha nas mãos de Delúbio Soares. O resultado foi desastroso. Delúbio usou o cofre do PT para irrigar caixas de campanhas.

A nova direção petista prometeu cortar a prática pela raiz, fazendo uma divisão total. Em novembro de 2005, o próprio Ferreira dizia: “A separação é a grande lição da crise. O PT foi se comprometendo demais com a campanha de Lula e acabou se enferrando”. Dois integrantes da Executiva petista sintetizaram como funcionará na verdade o caixa de Lula: Filippi arrecadará para Ferreira gastar. Farão uma dobradinha.

A lei eleitoral permite que partidos transfiram recursos para seus candidatos, mas o presidente do partido, Ricardo Berzoini, diz que não há mudança na diretriz de demarcar bem os espaços: “A parte financeira e a parte logística, de infra-estrutura, se comunicam, mas são partes separadas. Queremos deixar isso bem claro”.

Procurado, Ferreira não quis comentar sua função como coordenador das despesas logísticas da campanha de Lula.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o editorial “Nova rendição brasileira”, do jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 28 de junho deste ano.

O jornal destaca o novo acordo automotivo do Brasil com o Mercosul: “É um atraso. Não pode ter um lado bom”. O Governo brasileiro rendeu-se mais uma vez às imposições do governo argentino, fazendo um acordo bom para o bloco e péssimo para o País, tudo em nome de uma liderança imaginária no continente.

Nova rendição brasileira

O governo brasileiro rendeu-se mais uma vez às imposições do governo argentino, quando o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Furlan, assinou em Buenos Aires, na segunda-feira, o novo acordo para o setor automotivo. O livre comércio de veículos e autopeças deveria, pelo acordo anterior, vigorar desde o começo do ano passado, entre os dois países. O prazo foi esticado até o fim de 2005 por pressão argentina. Deixou de vigorar novamente este ano e já não se fala no assunto: o novo pacto não menciona uma data para liberalização do setor. Vitória de Buenos Aires também nesse ponto.

O novo esquema deverá valer por dois anos, de 1º de julho deste ano a 30 de junho de 2008: As condições do comércio automotivo entre os dois países, depois desse prazo, ainda serão discutidas, mas não há compromisso de eliminação de barreiras.

O prazo deverá ser suficiente para a maturação dos novos investimentos na indústria instalada na Argentina, segundo o presidente da associação brasileira das montadoras, a Anfavea. Com o câmbio favorável e a retomada do crescimento econômico, as fabricantes de veículos intensificaram a produção na Argentina e isso deve contribuir para o aumento das exportações para o Brasil.

“Os dois lados buscaram o equilíbrio e com isso chegamos a um bom entendimento, uma vez que este acordo garante previsibilidade, estimula novos investimentos e permite uma

acomodação da situação dos dois países”, disse o secretário da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Antônio Sérgio Martins Mello, coordenador brasileiro do grupo de trabalho do setor automotivo.

A referência ao equilíbrio é um exagero. O presidente argentino, Néstor Kirchner, foi um pouco mais fiel aos fatos. O acordo, segundo ele, “permitirá consolidar a indústria automotiva do Brasil e da Argentina, mas especialmente a da Argentina”. É aquela velha história de “todos são iguais, mas uns são mais iguais que os outros”. O novo pacto setorial,

O novo acordo automotivo é um atraso. Não pode ter um lado bom

discutido durante meses, foi concebido para isso: para atender aos interesses de um dos lados. O outro simplesmente se conformou, como se não houvesse alternativa. Tem sido assim há anos, como se a sobrevivência do Mercosul dependesse de o Brasil ceder sempre.

Pelo acordo anterior, um país poderia, para cada US\$ 100 importados, exportar até US\$ 260 sem impostos. Esse fator, conhecido como flex, foi reduzido. Pelo novo acordo, um país poderá exportar até US\$ 195 para cada US\$ 100 importados do outro. No primeiro ano de vigência o limite poderá oscilar até US\$ 210.

O governo brasileiro apenas conseguiu impedir uma versão pior do novo flex. O governo argentino defendeu a fixação de limites diferentes para cada

Sr. Presidente, solicito que o editorial citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Encontro sem resultados”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 20 de junho do corrente.

A matéria destaca que o Mercosul continua atolado e o ingresso da Venezuela pode complicar decisões. Contudo, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, ainda apresentou à imprensa uma avaliação otimista da situação do bloco, reforçado, segundo ele, pelo ingresso da Venezuela.

Encontro sem resultados

Presidentes do Mercosul devem reunir-se em Córdoba, na Argentina, nos dias 20 e 21 de julho. Não terão assunto para dois dias, se o encontro ministerial da última sexta-feira, em Buenos Aires, valer como prévia da conferência de cúpula. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, apresentou à imprensa uma avaliação otimista da situação do bloco, reforçado, segundo ele, pelo ingresso da Venezuela. Segundo ele, vê-se agora mais claramente a “coluna vertebral da América do Sul”, estendida entre a Terra do Fogo e o Caribe. Mas Amorim ressaltou não estar falando de geopolítica e sim de um fato geoeconômico e geocomercial.

Não basta um funcionário brasileiro afirmar essa diferença. A distinção entre o geoeconômico e o geopolítico é diariamente menosprezada no discurso do presidente venezuelano, Hugo Chávez. Na sexta-feira, o protocolo de ingresso da Venezuela foi assinado pelos ministros. O novo sócio do Mercosul terá quatro anos para se adaptar à Tarifa Externa Comum, mas poderá influir imediatamente nas políticas interna e externa do bloco.

A participação de Chávez poderá ocasionar problemas, admitiu o chanceler brasileiro, mas a ampliação do bloco, segundo ele, dará resultados positivos. Também a União Europeia, argumentou Amorim, enfrentou problemas em seu crescimento e na discussão de questões de grande alcance, como a adoção da moeda comum e de uma constituição regional. Mas é difícil aceitar a comparação, quando se consi-

deram as pretensões e o histórico de Chávez, incluído seu apoio ao governo boliviano contra o Brasil.

Mas o Mercosul já tem problemas de sobra mesmo sem a presença incômoda de um quinto sócio. O contencioso Argentina-Uruguai, relativo às fábricas de celulose, continua submetido à Corte International da Haya. Na reunião de Buenos Aires, o governo uruguai reclamou das perdas causadas pela interrupção do tráfego entre os dois países – consequência da ação de piquetes argentinos. O assunto será encaminhado a um comi-

ta distribuída pelo Itamaraty na semana passada. No final do encontro, os cinco ministros (incluído o venezuelano) limitaram-se a informar que continuam esperando melhores propostas do mundo rico para o comércio agrícola. Além disso, chamaram a atenção para dois outros pontos: 1) as concessões em matéria de comércio de produtos industriais devem corresponder ao nível de ambição da reforma agrícola; 2) os países em desenvolvimento terão direito a um tratamento diferenciado, podendo oferecer menos que os parceiros desenvolvidos.

Esses pontos foram acordados na reunião ministerial de Hong Kong, no fim do ano passado. Para repeti-los, não seria preciso “coordenar posições” em Buenos Aires. Os problemas efetivos de coordenação – até onde avançar em cada concessão para o comércio de bens industriais – continuam, tudo indica, sem solução.

Também nada se fez de concreto para atender paraguaios e uruguaios, descontentes com o Mercosul e dispostos a buscar acordos separados com os Estados Unidos. O governo brasileiro reconheceu como justo, pelo menos, esse descontentamento e anunciou a disposição de estudar apoio financeiro a investimentos nas economias menores do bloco. Não poderá fazer muita coisa neste ano. De toda forma, a vaga promessa de maior atenção talvez seja insuficiente para conter a insatisfação dos sócios economicamente mais fracos. Eles querem mais comércio e muito mais investimentos, e isso o bloco não proporciona.

Mercosul continua atolado e ingresso da Venezuela pode complicar decisões

té de arbitragem do Mercosul. O governo brasileiro continua recusando intervir nessa brigas, apesar das solicitações de Montevideu.

“A relação Brasil-Argentina está melhor que em muitos outros momentos”, disse o chanceler Amorim. Também essa declaração é discutível. Não há atrito importante, agora, entre Buenos Aires e Brasília simplesmente porque as autoridades brasileiras têm acatado a maior parte das imposições comerciais argentinas, deixando de apoiar os interesses legítimos das indústrias nacionais.

Os ministros deveriam ter procurado, em Buenos Aires, “coordenar posições para a reunião ministerial da OMC, no âmbito das negociações da Rodada de Doha”, segundo no-

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Valério, acusado de ter sido o caixa do mensalão, muda para casa de R\$10 milhões”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 09 de julho do corrente.

Segundo a matéria, Marcos Valério terminou a reforma da sua mansão no bairro do Castelo, em Belo Horizonte, e se mudou para lá. A mansão, que parece uma fortaleza, custou R\$10 milhões, tem sistema de

ar-condicionado de R\$3 milhões, segundo confidências de um amigo do empresário.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Valério, acusado de ter sido o caixa do mensalão, muda para casa de R\$ 10 mi

Mansão, que parece fortaleza, tem sistema de ar-condicionado de R\$ 3 milhões, conta amigo do empresário

Expedito Filho
ENVIADO ESPECIAL
BELO HORIZONTE

Ele não usa black-tie, mas leva a vida com estilo. Indicado pelo Ministério Público Federal como gerente do braço financeiro do esquema do mensalão, o empresário Marcos Valério deixou o cabelo crescer e parece ter melhorado de vida. Terminou a reforma de sua mansão no bairro do Castelo, em Belo Horizonte, e se mudou para lá. Trata-se de uma fortaleza com muros de até cinco metros de altura, com guaritas de segurança da dimensão de uma quinta-rete, vedadas com vidro fumê.

A mansão ocupa a metade de um quarteirão, rodeada por duas ruas nas laterais e uma na frente. O custo total da casa é estimado em R\$10 milhões. Só a rede central de ar-condicionado, projetada para atender a um prédio de três andares, teria custado R\$ 3 milhões, segundo inconfidências de um amigo. Tal vez o valor esteja superestimado. O Estado apurou que esse é o custo de um equipamento de ar-condicionado para um prédio comercial de dez andares.

Pela assessoria, o empresário nega ter gastado tanto dinheiro. Asegura que não houve reforma na casa, mas pequenos reparos a um custo muito, muito abaixo de R\$10 milhões. “Quem quiser pagar um terço desse preço leva a casa”, desafia.

SÓCIO

Quase nada na vida de Marcos Valério sugere redução de patrimônio ou alteração do padrão de vida. Ele tem ainda outra casa, num condomínio fechado em Belo Horizonte. Por motivos de segurança e conforto, porém, tem optado por permanecer

cer na mansão do Castelo. Costuma despachar no escritório do sócio e amigo Rogério Tolentino, no sexto andar de um edifício no bairro Savassi.

Valério até imaginou transformar a fortaleza em palácio. Seis meses após estourar o escândalo do mensalão, ele pensou em dotá-la com a mesma tecnologia de aquecimento da piscina do Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República em Brasília.

Chegou a telefonar para uma empresa que usa tecnologia israelense para aquecer piscinas com luz solar, mas à época acabou desistindo, diante da repercussão da notícia sobre as obras para ampliar a sauna e a piscina. A reforma trouxe as páginas dos jornais e Marcos Valério a desmentiu o quanto pôde.

Cer na mansão do Castelo. Costuma despachar no escritório do sócio e amigo Rogério Tolentino, no sexto andar de um edifício no bairro Savassi.

Valério e Tolentino estão sempre juntos e na Copa do Mundo só se separaram durante os jogos do Brasil: cada um foi ver com sua família. Agora, eles esperam que a denúncia do Ministério Públíco demore a ser julgada. “Ninguém sabe ao certo, mas pode durar uns quatro anos”, diz Tolentino. Daí a necessidade de manter o silêncio e não se envolverem em polêmicas:

“Nem eu nem o Marcos Valério vamos falar sobre o assunto.”

A tranquilidade de Valério se reflete no casamento. Nas crises do mensalão, ele viveu um drama familiar. Sua mulher, Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza, chegou a propor a separação. Ele costumava dizer que sua vida tinha acabado. Agora, o casal voltou às boas. Com casa reformada e protegida, Valério não parece um homem que pode ser condenado por ter protagonizado um dos maiores escândalos de corrupção da história do País. ■

OS 40 DENUNCIADOS

O núcleo político-partidário

- José Dirceu
- José Genoino
- Delúbio Soares
- Sílvio Pereira

O núcleo publicitário

- Marcos Valério
- Ramon Hollerbach Cardoso
- Cristiano de Mello Paz
- Rogério Lanza Tolentino
- Simone Reis Lobão de Vasconcelos
- Geiza Dias dos Santos

O núcleo financeiro

- Kátia Rabello
- José Roberto Salgado
- Ayanna Temório de Jesus
- Vinícius Samarane

Outros indicados

- Anderson Adauto
- Anita Leocádia Pereira da Costa
- Antônio de Pádua de Souza Lamas
- Carlos Rodrigues (ex-Bispo Rodrigues)
- Breno Fischberg
- Carlos Alberto Quaglia
- Duda Mendonça
- Emerson Eloy Palmieri
- Enivaldo Quadrado
- Henrique Pizzolato
- Jacinto de Souza Lamas
- João Cláudio Carvalho Genu
- João Magno
- João Paulo Cunha
- José Janene
- José Luiz Alves
- José Rodrigues Borba
- Luiz Gushiken
- Paulo Roberto Galvão
- Pedro Corrêa
- Pedro Henry
- Professor Luizinho
- Roberto Jefferson
- Romeu Ferreira Queiroz
- Valdemar Costa Neto
- Zilmar Fernandes Silveira

SUNTUOSIDADE

A mansão impressiona. Toda branca, assemelha-se mais a uma fortaleza do que a um palácio e destoa da vizinhança do bairro, com casas bem mais modestas. O aparato de segurança lembra muito o da casa de praia

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

19/07/2006

Quarta-feira

16:30 – Senhor Antonio Luiz Paranhos de Brito, Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB, acompanhado do

Senhor José Luiz Spigolon, Superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal. – **Marta Lyra Nascimento**, Chefe de Gabinete da Presidência do Senado.

ATO DO PRESIDENTE

Nº 048 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto art. 64, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, combinado com o art. 4º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006 e, considerando as disposições contidas na Portaria nº 5/SOF/MP, de 29 de maio de 2006, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – PRODASEN, crédito suplementar no valor de R\$ 720.035,00 (setecentos e vinte mil e trinta e cinco reais), para atender à programação constante do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação parcial de dotação consignada a essa finalidade, na mesma unidade orçamentária, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de julho de 2006


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

ORGÃO : 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA - PRODASEN

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR							
									F	S	N	P	O	U	T	E
		0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL														720.035
		PROJETOS														
01 122	0551 1028	AMPLIACAO E REFORMA DO EDIFICO-SEDE DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN														720.035
01 122	0551 1028 0103	AMPLIACAO E REFORMA DO EDIFICO-SEDE DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN - EM BRASILIA - DF														720.035
			F	4	2	90	0	100								720.035
		TOTAL - FISCAL														720.035
		TOTAL - SEGURIDADE														0
		TOTAL - GERAL														720.035

Obs.: Anexo do Ato nº 048, de 2006, do Presidente do Senado Federal.

ORGÃO : 02000 - SENADO FEDERAL
 UNIDADE : 02103 - SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA - PRODASEN

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR							
									F	S	N	P	O	U	T	E
		0551 ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL														720.035
		ATIVIDADES														
01 126	0551 4060	GESTAO DO SISTEMA DE INFORMATICA														720.035
01 126	0551 4060 0001	GESTAO DO SISTEMA DE INFORMATICA - NACIONAL														720.035
			F	4	2	90	0	100								720.035
		TOTAL - FISCAL														720.035
		TOTAL - SEGURIDADE														0
		TOTAL - GERAL														720.035

Obs.: Anexo do Ato nº 048, de 2006, do Presidente do Senado Federal.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
N.º 020 , de 2006

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, à vista no disposto na Resolução n.º 9, de 1997, e na Resolução n.º 7, de 2002, e considerando o Acórdão n.º 740/2006-TCU-Plenário, constante no Processo n.º 8928/06.1,

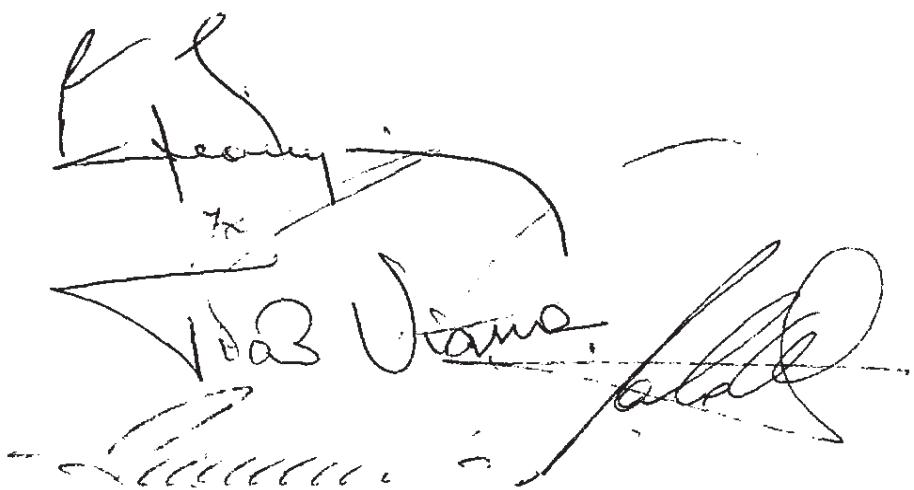
RESOLVE:

Art. 1.º - Fica transformado (01) um cargo vago de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível II, em cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, Nível II.

Art. 2.º - Aplica-se o disposto no inciso II do art. 2.º da Resolução n.º 63, de 1997.

Art. 3 - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 12 DE JULHO DE 2006



Handwritten signatures of the members of the Commission of Directors, including E. S. Viana, M. A. Viana, and others, in black ink on a white background.

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1464 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão n.º 740/2006-TCU-Plenário e no Relatório TC-005.440/2005-1, constantes no Processo n.º 8928/06.1,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **PEDRO MIGUEL LEAL** reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade de Artesanato, Nível II, Padrão 30.

Senado Federal, em 19 de julho de 2006.



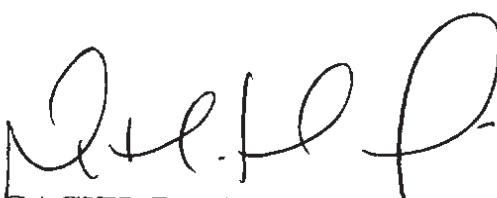
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1465 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão n.º 740/2006-TCU-Plenário e no Relatório TC-005.440/2005-1, constantes no Processo n.º 8928/06.1,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **JOSÉ MARIA LEITE DE AGUIAR** reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Segurança, Nível II, Padrão 30.

Senado Federal, em 19 de julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1466 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão n.º 740/2006-TCU-Plenário e no Relatório TC-005.440/2005-1, constantes no Processo n.º 8928/06.1,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **JOÃO RIBEIRO DE ARAÚJO** reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Segurança, Nível II, Padrão 30.

Senado Federal, em 19 de julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1467, de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta no Acórdão n.º 740/2006-TCU-Plenário e no Relatório TC-005.440/2005-1, constantes no Processo n.º 8928/06.1,

RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória n.º 2.225-45, c/c o Decreto n.º 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora n.º 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **MANOEL MORAIS DE QUEIROZ** reversão ao serviço ativo, no cargo de Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, Nível II, Padrão 30.

Senado Federal, em 19 de julho de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽⁸⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho ⁴ (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	2051
-----------------------------	------

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO) ³	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 106 PÁGINAS